

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CAMPUS GOVERNADOR VALADARES
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

ANA LETÍCIA PASTORE TRINDADE

**EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS EM GOVERNADOR
VALADARES/MG: UMA PROPOSTA DE MAPEAMENTO**

**Governador Valadares – MG
2018**

Ana Letícia Pastore Trindade

**EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS EM GOVERNADOR
VALADARES/MG: UMA PROPOSTA DE MAPEAMENTO**

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Juiz de Fora, Campus Governador Valadares, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Me. Felipe Nogueira da Cruz.

**Governador Valadares – MG
2018**

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Trindade, Ana Letícia Pastore.

EMPREENHIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS EM GOVERNADOR VALADARES : UMA PROPOSTA DE MAPEAMENTO / Ana Letícia Pastore Trindade. -- 2018.

54 p.

Orientador: Felipe Nogueira da Cruz

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Campus Avançado de Governador Valadares, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - ICSA, 2018.

1. Economia Solidária. 2. Governador Valadares. 3. Mapeamento.
I. Cruz, Felipe Nogueira da, orient. II. Título.

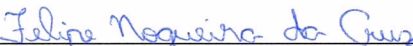
ANA LETÍCIA PASTORE TRINDADE

**EMPREENHIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS EM GOVERNADOR
VALADARES/MG: UMA PROPOSTA DE MAPEAMENTO**

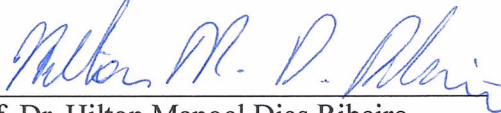
Trabalho de monografia aprovado como parte das exigências para a obtenção do título de bacharel no curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Juiz de Fora, Campus Governador Valadares.

Aprovado em: Governador Valadares, 28 de novembro de 2018.

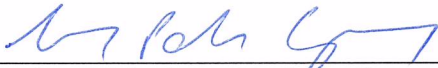
BANCA EXAMINADORA



Prof. Me. Felipe Nogueira da Cruz – Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora – GV



Prof. Dr. Hilton Manoel Dias Ribeiro
Universidade Federal de Juiz de Fora – GV



Prof. Me. Lucas Pacheco Campos
Universidade Federal de Juiz de Fora – GV

RESUMO

Este trabalho se propôs a esboçar um mapeamento dos empreendimentos solidários no município de Governador Valadares e região, tal como traçar o perfil dos sujeitos integrantes do movimento e realizar uma breve análise acerca de quatro associações que compõem o movimento solidário. Para tanto, foram aplicados questionários junto aos trabalhadores e trabalhadoras, assim como a realização de entrevistas semiestruturadas com gestores, coordenadores e antigos membros das associações. A amostra foi composta, em sua maioria, por mulheres acima de 40 anos, com ensino médio completo ou fundamental incompleto e renda mensal familiar entre um e dois salários mínimos. Com relação às perguntas relacionadas à percepção dos respondentes acerca da Economia Solidária, 93% afirmaram saber o significado do termo, 93% se sentem pertencentes ao movimento solidário, 70% já participaram de seminários ou outras formações sobre o tema, 74% participam das reuniões do Fórum Regional de Economia Solidária e 100% possuem interesse em participar de um grupo que discuta formas de produção solidárias. Entre as associações visitadas, três partem de um associativismo fundado em atividades agrícolas, a saber: a Feira da Agricultura Familiar, a Rede de Consumidores Tamanduá e a Cooperativa Regional de Economia Solidária da Agricultura Familiar Agroecológica (CRESAFA). A quarta associação foi o Fórum Regional de Economia Solidária, que ocorre mensalmente e busca organizar e representar o movimento na região. Para a composição do mapa de empreendimentos, foram descritos dezoito associações e produtores/produtoras individuais, com base em dados do “Catálogo de Empreendimentos Solidários” fornecido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento e dados coletados durante as visitas.

Palavras-chave: Economia Solidária; Governador Valadares; mapeamento.

ABSTRACT

This paper intends to outline a mapping of solidary enterprises in Governador Valadares and region, such as outlining the profile of the members of the movement and conducting a brief analysis of four associations that make up the solidary movement. For that, questionnaires were applied with the workers, as well as semi-structured interviews with managers, coordinators and former members of the associations. The sample consisted mostly of women over 40 years of age, with complete or incomplete high school and monthly family income between one and two minimum wages. Concerning the questions related to the perception of the interviewees about the Solidary Economy, 93% said they know the meaning of the term, 93% feel they belong to the solidary movement, 70% have already participated in seminars or other training on the subject, 74% participate in the meetings of the Regional Forum of Solidary Economy and 100% are interested in participating in a group that discusses solidary production forms. Among the associations visited, three are based on an associativism founded on agricultural activities, namely the Family Agriculture Fair, the Consumer Network Tamanduá and the Regional Cooperative for Solidary Economy of Agroecological Family Agriculture (CRESAFA). The fourth association was the Regional Forum of Solidary Economy, which takes place monthly and seeks to organize and represent the movement in the region. For the composition of the map of enterprises, eighteen associations and individual producers were described, based on data from the “Catalog of Solidary Enterprises” provided by the Municipal Development Secretariat and data collected during the visits.

Keywords: Solidary Economy; Governador Valadares; mapping.

*À Marinete Pastore,
que, desde cedo, me incentivou a enxergar além.*

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. OBJETIVOS	11
2.1. Objetivo Geral	11
2.2. Objetivos Específicos	11
3. REFERENCIAL TEÓRICO	12
3.1. Economia Solidária: características e possibilidades	12
3.2. Origens históricas da Economia Solidária e seu surgimento no Brasil	14
3.3. Tipos de cooperativismo	17
4. METODOLOGIA	19
4.1. Notas sobre os questionários	21
4.2. Notas sobre as entrevistas semiestruturadas	22
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES	24
5.1. Caracterização dos sujeitos do estudo	24
5.2. Caracterização das associações visitadas	31
5.2.1. Feira da Agricultura Familiar de Governador Valadares	31
5.2.2. Cooperativa Regional de Economia Solidária da Agricultura Familiar Agroecológica (CRESAFA)	33
5.2.3. Fórum Regional de Economia Solidária	35
5.2.4. Rede de Consumidores Tamanduá	37
5.3. Diagrama de influências e principais características das associações	39
5.3. Outros empreendimentos com perfil solidário	41
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS	44
APÊNDICES	46

1. INTRODUÇÃO

É sabido que o sistema de produção capitalista possui efeitos colaterais negativos sobre a sociedade, sendo esse revés mais intenso em países menos desenvolvidos. Além da profunda desigualdade gerada, o modo de produção dominante rompe a relação entre o trabalhador e o processo do trabalho, transformando o ofício em um mero meio de subsistência e reprodução do capital. A criação de um novo modo de trabalho, que reconfigurasse essa relação, foi pensada no início do século XIX pelo socialista utópico Charles Fourier, na França, e pelo cooperativista Robert Owen, na Inglaterra. Apesar de ter seus ideais disseminados até o continente americano, Fourier não conseguiu colocar seu projeto em prática. Robert Owen, entretanto, contou com forte apoio dos sindicatos na primeira metade do século, disseminando os ideais do cooperativismo por diversos países da Europa e dando início à história da Economia Solidária, que surgiria para amenizar os efeitos reversos da Revolução Industrial (SINGER, 2002).

Historicamente, a Economia Solidária surge em contextos de fortes mudanças estruturais no sistema produtivo. No século XX, ela ressurgiu em 1973, a partir da crise do petróleo, quando, por dificuldades de financiamento, o “Estado-Providência” entra em crise e abre espaço para o ressurgimento de experiências solidárias (AMORIM; HERTON, 2004). Em tais contextos, os empreendimentos autogeridos coexistiram com o sistema capitalista. Neste aspecto, entende-se que, tão importante quanto desvencilhar o modo de produção solidário da ideia de um mero sistema acessório, é garantir que as ações tomadas no presente tenham efeitos positivos sobre a economia e causem impactos sociais relevantes (GAIGER, 2003).

De forma distinta aos países europeus, o Brasil tem seu histórico trabalhista marcado por trabalhadores escravos, imigrantes e outros despossuídos. Este cenário passa por mudanças a partir da década de 1930, com o crescimento do assalariamento formal, notado, principalmente, após a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), em 1943. Tal ciclo tem seu fim, entretanto, na década de 1980, quando a recessão observada na economia brasileira inaugura uma ruptura do “padrão de estruturação do mercado de trabalho brasileiro” (AMORIM; HERTON, 2004, p. 47). Apesar do baixo crescimento econômico, a década de 1980 se mostrou capaz de criar novos empregos, ainda que precários, fato não observado a partir da segunda metade da década de 1990¹. Arcoverde, Souza e Fragoso (2006), sintetizam o renascimento de

¹ “De acordo com dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD), no universo de pessoas de 16 a 59 anos, a taxa de desemprego no Brasil foi de 9,2% em 2002 contra 6,2% em 1995 [...]” (AMORIM; HERTON, 2004, p. 47).

uma economia social, popular e solidária no Brasil como um efeito das carências e recuos do Estado frente à escalada neoliberal observada no final do século passado.

Diante da crise do trabalho que se enfrentava, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva aprovou, em 2003, o projeto de lei que criou no Ministério de Trabalho e Emprego (MTE) a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SNDES), cujo objetivo era “difundir e fomentar a economia solidária em todo o Brasil, dando apoio político e material às iniciativas do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES)” (SINGER, 2004, p.4). Tais medidas impactaram a cidade de Governador Valadares com a criação do Fórum Regional de Economia Solidária em 2004, segundo entrevistas realizadas com participantes do movimento na cidade.

O município está situado no leste de Minas Gerais e conta com uma população estimada para 2018 de 278.685 habitantes (IBGE, 2018). O Produto Interno Bruto (PIB) do município em 2015 foi de R\$ 5,43 milhões e o PIB per capita de aproximadamente R\$ 19,5 mil (IBGE, 2015). Com relação aos indicadores sociais, no ano de 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) apurado foi de 0,727 (PNUD, 2010a), abaixo da média do estado que foi de 0,731 (PNUD, 2010b), e o coeficiente de Gini² calculado para a região sudeste em 2014 foi de 0,485 (IBGE, 2014).

Em Minas Gerais, as reuniões entre os empreendedores que participam do movimento de Economia Solidária ocorrem em fóruns regionais e estaduais. Nas reuniões, os participantes compartilham suas experiências, criam parcerias, planejam eventos, oficinas, entre outras ações. Os empreendimentos solidários podem ser classificados entre os seguintes tipos de cooperativismo: consumo, produção, crédito e compras e vendas. As atividades de compra e venda são mais frequentes em cooperativas agrícolas. Em entrevista realizada junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento de Governador Valadares (SMDES), foi relatado que, no município, os empreendimentos variam entre as classificações e que cooperativas de produção de doces, licores, artesanatos e feiras de produtos agrícolas reúnem produtores locais, fomentam o comércio e, conseqüentemente, geram renda para as famílias. Entretanto, não existe um mapa atualizado das atividades solidárias que vêm sendo realizadas na cidade. O último levantamento foi efetuado pela SMDES no ano de 2013.

Desse modo, a presente pesquisa busca mapear os empreendimentos que possuem perfil solidário em Governador Valadares. Cabe salientar que este trabalho não tem a intenção de realizar um mapeamento completo e/ou exaustivo das referidas atividades, mas propor um

² “É uma medida do grau de concentração de uma distribuição, cujo valor varia de zero (a perfeita igualdade) até um (a desigualdade máxima)” (IBGE, 2014).

direcionamento possível para a consecução desta tarefa em estudos futuros, indicando as principais frentes de atuação da Economia Solidária no município.

Para tanto, procedeu-se a um levantamento de dados primários que se iniciou com a pesquisa participativa nas reuniões do Fórum Regional de Economia Solidária com vistas a identificar os principais atores do movimento no município. A partir de então, realizou-se a aplicação de questionário e entrevistas semiestruturadas com alguns participantes das associações. Foram visitadas, ao todo, 5 associações, com caráter produtor/comercial, e o Fórum. Todos os procedimentos metodológicos serão descritos detalhadamente na seção referente à metodologia.

No âmbito das políticas públicas, o fomento à Economia Solidária se caracteriza pelo seu importante papel de conector entre a sociedade e o Estado, já que transcende os limites da esfera estatal e incentiva a participação dos indivíduos. Em se tratando da cidade de Governador Valadares, a Lei nº 6.553/2014 institui as diretrizes e estabelece os princípios e objetivos da política municipal de fomento à Economia Solidária. Nesse sentido, com o mapeamento dos empreendimentos econômicos solidários do município, pretende-se fornecer dados que contribuam para a criação de políticas mais assertivas acerca do tema, o que permitirá uma maior conexão entre os empreendimentos já existentes.

Além desta Introdução, o trabalho é dividido em mais cinco seções. Na seção 2, o objetivo geral e os objetivos específicos desta pesquisa são delineados. A seção 3 apresenta uma revisão da literatura sobre Economia Solidária, abrangendo suas principais características e possibilidades, suas origens históricas e surgimento no Brasil e os tipos de cooperativismo propostos por Singer. Em seguida, a seção 4 discorre sobre os procedimentos metodológicos adotados ao longo da pesquisa. Na seção de Resultados e discussões (seção 5), os sujeitos e empreendimentos estudados são caracterizados e uma proposta de mapeamento é esboçada. Por fim, a seção 6 encerra o trabalho com algumas considerações finais.

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo Geral

Esboçar uma proposta de mapeamento dos empreendimentos econômicos solidários com atuação no município de Governador Valadares.

2.2. Objetivos Específicos

- Abordar o conceito de Economia Solidária, seus fundamentos, origem e casos históricos;
- Analisar o modo de produção solidário como modelo alternativo ao capitalismo, a partir dos princípios de autogestão, igualdade e sustentabilidade;
- Identificar os principais empreendimentos econômicos solidários no município de Governador Valadares, bem como o perfil dos indivíduos envolvidos em tais atividades;
- Realizar uma análise de determinados empreendimentos a fim de traçar paralelos com os casos históricos de Economia Solidária;
- Buscar compreender as relações entre as associações pesquisadas para facilitar a formulação de políticas públicas.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção apresenta uma breve revisão de literatura sobre a Economia Solidária, apontando suas principais características, seus fundamentos e as possibilidades geradas a partir dessas experiências. O segundo tópico fará uma pequena digressão histórica acerca da Economia Solidária no contexto mundial e seu surgimento no Brasil. O último tratará dos tipos de cooperativismo presentes na literatura acerca do tema e suas experiências históricas.

3.1. Economia Solidária: características e possibilidades

Atualmente, as sociedades estão pautadas no modo de produção capitalista, fundamentado no direito à propriedade privada e à liberdade individual, onde cada um é responsável por sua condição e, em diversos aspectos, o melhor vence e o menor perde. Essa competição intrínseca ao modelo produz diversos efeitos sociais, entre eles a marginalização de indivíduos, ou empresas, que não conseguem se estabelecer no mercado (SINGER, 2002).

Perante tais fatos, o modo de produção solidário possui características que o classificam como uma alternativa às formas tradicionais de emprego e gestão da produção. Segundo Gaiger (2003), os empreendimentos econômicos solidários são definidos como:

[...] as diversas modalidades de organização econômica, originadas da livre associação dos trabalhadores, com base em princípios de autogestão, cooperação, eficiência e viabilidade. Aglutinando indivíduos excluídos do mercado de trabalho, ou movidos pela força de suas convicções, à procura de alternativas coletivas de sobrevivência, os empreendimentos econômicos solidários desenvolvem atividades nos setores da produção ou da prestação de serviços, da comercialização e do crédito. Apresentam-se sob a forma de grupos de produção, associações, cooperativas e empresas de autogestão e combinam suas atividades econômicas com ações de cunho educativo e cultural, valorizando o sentido da comunidade de trabalho e o compromisso com a coletividade social em que se inserem (GAIGER, 2003, p. 135).

Além dos motivos econômicos que levam os indivíduos a cooperarem entre si, deve-se ressaltar o aspecto moral presente na Economia Solidária. Certos valores como justiça social, solidariedade e respeito à natureza são bases do modelo, que busca a socialização da riqueza ao invés dos lucros dos monopólios, assim como o privilégio pelas necessidades sociais (LECHAT, 2003). Especificamente sobre a relação do modo de produção capitalista e a preservação dos bens naturais, Milanez (2003) apresenta críticas ao modelo de desenvolvimento sustentável proposto para conciliar o crescimento da economia e a preservação do meio ambiente. Segundo o autor, o modelo se preocupa somente com o fim dos rejeitos, reduzindo em pouco, ou nada, a magnitude do dano causado.

Kapron e Fialho (2003) ressaltam a importância do fomento à Economia Solidária como uma política pública que incentiva a participação popular, melhorando a qualidade da democracia. Leite e Georges (2012) questionam o quanto o fomento ao modo de produção solidário por parte do Estado é benéfico para o desenvolvimento de novos empreendimentos, já que abre espaço para a criação de coletivos sem capacidade de protagonismo. Para as autoras, demasiada tutela do Estado pode inibir um maior desenvolvimento do protagonismo empreendedor dos associados.

Com relação à organização da produção, o modelo de coordenação presente nos empreendimentos solidários é a autogestão. Caracterizado por práticas sociais democráticas, o modelo propicia uma maior autonomia do “coletivo” e propõe relações mais horizontais entre os trabalhadores (ALBUQUERQUE, 2003). Se comparada à heterogestão, aplicada nas relações de trabalho capitalistas, a diferença está, principalmente, nas tomadas de decisões e na divisão do lucro da empresa. Em cooperativas autogestionárias, quando o empreendimento é pequeno, as decisões são tomadas em assembleia, caso contrário, serão eleitos delegados de cada sessão para votar as decisões em assembleia. Nesse formato de gestão, as ordens e funções fluem de baixo para cima, dos trabalhadores para os diretores, e as informações de cima para baixo (SINGER, 2002).

Gaiger (2003) faz um paralelo entre as características do modo de produção solidário com a forma de produção camponesa, primeiramente porque ambas se distinguem do modo de produção assalariado e também porque, segundo ele, “[...] as práticas de autogestão e cooperação dão a esses empreendimentos uma natureza singular, pois modificam o princípio e a finalidade da extração do trabalho excedente³” (GAIGER, 2003, p. 191). No Brasil, o modo de produção camponês está fortemente relacionado à produção agroecológica, presente na agricultura familiar.

Conforme Singer (2003), os princípios que regem o cooperativismo foram estabelecidos em 1844 pelos Pioneiros Equitativos de Rochdale, a primeira cooperativa de consumo que se tem registro e que, posteriormente, terá maior atenção nesse trabalho. Apesar da longa data, seus princípios se tornaram universais e até hoje são utilizados como base, sendo eles:

1º) que nas decisões a serem tomadas cada membro teria direito a um voto, independentemente do quanto investiu na cooperativa; 2º) o número de membros da cooperativa era aberto, sendo a princípio aceito quem desejasse aderir. Por isso este princípio é conhecido como o da “porta aberta”; 3º) sobre capital emprestado a cooperativa pagaria uma taxa de juros fixa; 4º) as sobras seriam divididas entre os

³ Conforme Marx (2012), o trabalho excedente corresponde ao valor criado pela força de trabalho durante o processo produtivo que não é usado para remunerar a subsistência do operário (trabalho necessário). No capitalismo, esse excesso é apropriado pelos empresários detentores do capital.

membros em proporção às compras de cada um na cooperativa; 5º) as vendas feitas pela cooperativa seriam sempre feitas à vista; 6º) os produtos vendidos pela cooperativa seriam sempre puros (isto é, não adulterados); 7º) a cooperativa se empenharia na educação cooperativa; 8º) a cooperativa manter-se-ia sempre neutra em questões religiosas e políticas (SINGER, 2003, p. 40).

Como observado em Gaiger (2003), no final da década de 1990 e início dos anos 2000, a Economia Solidária passou a fazer parte do debate econômico e político brasileiro. A gestão cooperativa tem forte apoio por parte dos movimentos sociais de esquerda, que avistam nesse modelo de produção uma nova expressão dos ideais históricos das lutas operárias e dos movimentos populares. Com relação ao debate acerca da possibilidade de substituição do modo de produção capitalista pelo modo de produção solidário, o autor adverte sobre a formulação de teorias por demais audaciosas sobre o tema que, segundo ele, associam a Economia Solidária a um novo modo de produção dominante. Também ressalta a importância de uma teorização vinculada com a realidade, capaz de causar impactos sociais, para que, assim, possa ser, de fato, uma saída para as iniquidades causadas pelo capitalismo. Segundo o estudioso, os dois modos de produção coexistem: o capitalista e o solidário.

Leite e Georges (2012) chamam a atenção para o fato de a Economia Solidária ser um novo campo de estudo e trabalho, ainda não regularizado, o que pode incorrer em diversos pontos negativos, como a criação de postos de trabalho precários, cooperativas capitalistas que usufruem das isenções fiscais concedidas às cooperativas solidárias, assim como cooperativas que foram criadas pelas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) e são fechadas após fiscalização. Ainda segundo as autoras, em um novo modelo de produção, estabelecem-se novas formas de hierarquia, abrindo espaço para novas formas de discriminação.

3.2. Origens históricas da Economia Solidária e seu surgimento no Brasil

Assim como os diversos fatos sociais explorados na ciência, a origem das práticas de Economia Solidária não é um consenso entre pesquisadores. Lechat (2002) faz uma analogia da origem dos fatos sociais com a busca pela nascente do rio Nilo, que envolveu diversos exploradores no século XIX. A decisão comum encontrada foi que o rio não possuía uma nascente, mas sim várias. O mesmo ocorre com o nascimento da Economia Solidária, portanto, a história do movimento será analisada a partir de suas diversas faces.

Na Europa, os predecessores dos ideais solidários foram os socialistas utópicos Charles Fourier e Saint-Simon e o cooperativista Robert Owen. A experiência inglesa surgiu no início do século XIX, em reação aos espantosos efeitos causados pelo capitalismo industrial. O

empobrecimento dos artesãos, as jornadas de trabalho sem fim e o aumento da exploração compunham o cenário pós-Revolução Industrial. Em New Lanark, vila próxima a Lanark, na Escócia, Owen organizou a produção de maneira diferente: a limitação das horas de trabalho para os adultos e a criação de escolas para as crianças aumentaram a produtividade de seus funcionários, o que despertou interesse por parte dos industriais e governantes que enfrentavam a depressão com a queda da indústria bélica pós-Revolução Francesa (SINGER, 2002).

Todo o brilho foi ofuscado, entretanto, quando os ideais propostos por Robert Owen foram vistos como uma forma de superar o capitalismo e não o corrigir. Devido ao fato, Owen se mudou para os Estados Unidos em busca de novos seguidores. Naquele momento, os seus ideais já haviam se disseminado entre os trabalhadores, que criaram diversas cooperativas no período, mas não conseguiram se manter por muitos anos (SINGER 2002; LECHAT, 2002). Para Singer (2002), esta primeira fase da história da Economia Solidária deve ser chamada de “cooperativismo revolucionário”, já que os ideais solidários contaram com a crítica operária e socialista ao capitalismo.

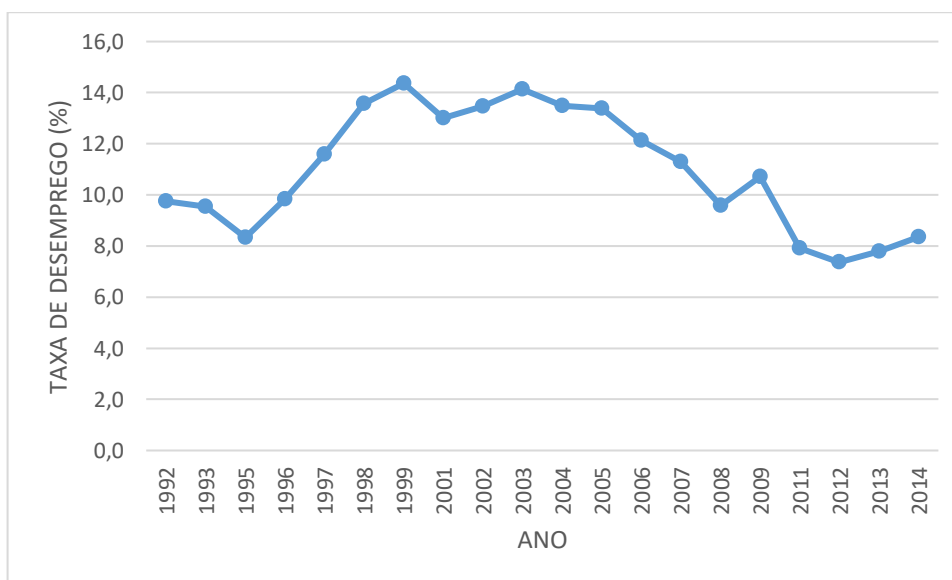
Na França, a criação do Falanstério, idealizada por Charles Fourier, nunca saiu do papel, pois, além de ser homem de pouca ação, não era de seu interesse que o projeto fosse realizado por discípulos. Diferente do projeto de Owen, o Falanstério era baseado na propriedade privada e não coletivista, onde cada um teria liberdade para escolher e realizar um trabalho de acordo com suas paixões (SINGER, 2002). Para Gide (1971) *apud* Singer (2002), o fato de Fourier acreditar na execução de cooperativas autogeridas, baseadas na liberdade de escolha, e dispensar a participação do Estado em todos os aspectos, o caracterizam como pertencente à escola anarquista e não socialista. Apesar da não execução do projeto na França, seus ideais fomentaram a criação de diversas associações cooperativas nos Estados Unidos, cuja duração máxima foi de cinco ou seis anos.

De acordo com Amorim e Herton (2004), a exclusão de uma parcela da população dos ganhos de produtividade e as tensões provocadas pelas inserções desiguais dos cidadãos na economia de mercado são inerentes ao capitalismo desde o seu surgimento. Nos países europeus, o conflito se torna mais ameno no final do século XIX e parte do século XX quando “As duas esferas, da economia de mercado e do social, vão se reconciliar na esfera da proteção social” (AMORIM; HERTON, p. 46). Em 1973, a crise gerada pelo choque do petróleo põe em xeque o “Estado-Providência”, que enfrenta dificuldades financeiras e demonstra as fraturas do sistema de produção capitalista. Esse contexto propiciou o surgimento de novas experiências solidárias, embora, subsidiárias ao capitalismo e sem grande visibilidade.

No Brasil, a história do cooperativismo solidário é ainda mais recente. Conforme Paul Singer: “O cooperativismo chegou ao Brasil no começo do século XX, trazido pelos emigrantes europeus. Tomou principalmente a forma de cooperativas de consumo na cidade e de cooperativas agrícolas no campo. As cooperativas eram em geral por empresa e serviam para proteger os rigores da carestia” (SINGER, 2002, p. 122). Apesar disso, as práticas solidárias só foram realmente fortalecidas no final do século, quando o país passou por sua fase de desindustrialização⁴, durante as décadas de 1980 e 1990.

A adoção do receituário neoliberal, a inserção passiva do Brasil na economia internacional e a redução de empregos formais no período⁵, sobretudo no final da década de 1990, conforme o Gráfico 1 abaixo, criaram um cenário propício a novas experimentações na gestão de empreendimentos e geração de renda, abrindo as portas para a fase embrionária da Economia Solidária no Brasil, que recebeu forte apoio de estudantes, universitários, religiosos, técnicos, pesquisadores, trabalhadores, sindicalistas, entre outros. Em alguns estados da federação também houve apoio do governo, que culminou na criação de cooperativas como o “banco do povo” e das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) (POCHMANN, 2004).

Gráfico 1 – Taxa de desemprego das áreas metropolitanas do Brasil (1992-2014)



Fonte: Ipeadata.

⁴ A existência da desindustrialização no final do século XX não é um consenso entre os pesquisadores, para um maior debate acerca do tema, consultar o texto “Existe doença holandesa no Brasil?” (BRESSER-PEREIRA; MARCONI, 2008).

⁵ Estima-se que, no período de 1940 a 1980, a cada 10 ocupações geradas 8 eram assalariadas e 7 eram com contrato formal. Já em 1990, a cada 10 ocupações geradas 7 foram assalariadas, sendo 3 com contrato formal e 4 sem contrato formal (POCHMANN, 2004).

3.3. Tipos de cooperativismo

Os empreendimentos solidários podem ser classificados em diversas modalidades. Com base em Singer (2003), o Quadro 1 abaixo classifica os tipos de cooperativismo, suas características e relata experiências históricas para cada tipo.

Quadro 1 - Tipos de cooperativismo

Tipo de empreendimento solidário	Características	Exemplos
<i>Cooperativismo de consumo</i>	O cooperativismo de consumo segue as leis universais do cooperativismo, apresentadas anteriormente, já que foram os responsáveis por sua criação e pioneiros em sua implementação. O aspecto que o diferencia dos outros modos de cooperativismo está na divisão dos lucros. Nesse modelo, os associados à cooperativa recebem suas partes das sobras proporcionais ao capital consumido durante o período na cooperativa.	A primeira cooperativa de consumo que se tem registro é a cooperativa dos Pioneiros Equitativos de <i>Rochdale</i> , fundada em 1844 por 28 funcionários de diversos ofícios, em <i>Rochdale</i> , interior da Inglaterra. Com grande parte de seus membros inspirados por princípios <i>owenistas</i> , seus objetivos iniciais eram a criação de uma colônia autossuficiente e fornecer apoio a outras sociedades com o mesmo propósito.
<i>Cooperativismo de crédito</i>	Esse modelo de cooperativismo ficou conhecido como “Banco do Povo”, já que surge com a necessidade de providenciar suporte financeiro aos pobres que precisavam de dinheiro para enfrentar as adversidades econômicas e climáticas. Para se capitalizarem a partir de fundos de terceiros, o grupo utiliza a <i>garantia solidária</i> mediante a “responsabilidade ilimitada”; desta maneira, o grupo angariava os fundos necessários e, se houvesse alguma infelicidade com algum dos membros, o resto do grupo era responsável por arcar com a dívida. Esta forma de associativismo permitia ao grupo conseguir empréstimos com juros menos extorsivos, já que a união dos bens propiciava maior segurança à transação.	As cooperativas de crédito se iniciaram na Alemanha e se disseminaram primeiramente para países como Itália, Canadá e Estados Unidos. A primeira a ser criada foi a cooperativa de crédito <i>Shulze-Delitzch</i> , que serviu de modelo para outras cooperativas que realizaram mudanças estruturais e adaptaram o modelo à sua realidade. Isso ocorreu com o “Banco da Aldeia”, em Bangladesh. A grande fome que assolou o país, um dos mais pobres do mundo, em 1974 fez com que o professor universitário Mohamed Yunus criasse um banco do povo que permitiu, ao mesmo tempo, acesso ao crédito e empoderamento às mulheres pobres. ⁶

⁶ Para maiores informações sobre o “Banco da Aldeia” consultar Yunus (2000).

<i>Cooperativismo de compras e vendas</i>	As cooperativas agrícolas são as mais comuns nessa categoria. Levando em consideração que o mercado agrícola é marcado por monopólios e cartéis, a cooperativa agrícola iguala os pequenos agricultores ou varejistas aos grandes, já que o seu diferencial com relação aos outros modelos de cooperativismo é justamente possuir um pouco de cada modelo, propiciando melhores condições de compras, vendas, empréstimos aos cooperados e reduzir os custos da produção, já que possibilita compras a preços menores e vendas a preços maiores.	O modelo associativista foi predominante nos países europeus durante o século XIX e, posteriormente, nas Américas, Ásia e Oceania, no século XX. Não houve, sobretudo, uma cooperativa com grande destaque na história, já que as cooperativas agrícolas se disseminaram e estiveram presentes em vários países, assim como nos dias atuais. Historicamente praticado com maior intensidade em países predominantemente agrícolas, o modelo muitas vezes era gerido de forma híbrida, pois assimilava, em muitas delas, relações capitalistas em sua gestão.
---	--	--

Fonte: Elaboração própria com base em Singer (2002).

O primeiro tipo de cooperativismo analisado é o cooperativismo de consumo. O modelo foi o pioneiro e fundou as leis universais do cooperativismo, que seriam seguidas por todos os modelos posteriormente. O seu diferencial está, principalmente, no 4º princípio, que diz: “4º) as sobras seriam divididas entre os membros em proporção às compras de cada um na cooperativa” (SINGER, 2002, p. 40). Ou seja, nesse modelo de cooperativismo somente os sócios poderiam consumir e a divisão das sobras seria feita de forma proporcional ao consumo de cada um. O exemplo histórico é o da Cooperativa dos Pioneiros Equitativos de *Rochdale* (1844).

Uma das leis universais da Cooperativa de *Rochdale* era a incidência de juros sobre o capital emprestado. Sendo assim, ela cumpria, em partes, o papel de uma cooperativa de crédito, mas o ato de realizar empréstimos a preços menos extorsivos do que os praticados pelos bancos da época surge apenas 6 anos depois, na Alemanha, criado por Hermann Schulze-Delitzsch. As cooperativas de crédito utilizavam a união de bens dos seus associados e a garantia de que se, alguém não conseguisse arcar com a dívida, a cooperativa seria responsabilizada. Dessa forma, os associados conseguiam levantar fundos a juros menores. Entre as experiências históricas estão a “Cooperativa Schulze-Delitzsch” e o “Banco da Aldeia”.

A última parte do Quadro 1 apresenta o modelo de cooperativismo de compra e venda. Esse modelo é composto, principalmente, por cooperativas agrícolas e possui semelhanças com os dois modelos citados anteriormente, já que busca vender em sociedade a preços justos, sem a necessidade de intermediários cartelizados. Pode ser uma fonte de empréstimo, caso necessário, e também pode realizar compras coletivas para conseguir preços reduzidos.

4. METODOLOGIA

Este trabalho parte da visão de que formas alternativas de se fazer economia são necessárias para garantir que pessoas à margem do sistema de produção vigente tenham a possibilidade de gerar renda. Nesse sentido, as associações baseadas no modo de produção solidário passam a ser uma opção para os mais vulneráveis em momentos de crise financeira, ou até mesmo aos que buscam produzir ou consumir de forma mais justa. Ademais, a produção e comercialização solidária está presente nas diversas associações de Governador Valadares, o que justifica um estudo mais aprofundado acerca do perfil dos indivíduos participantes e suas formas de gestão.

Esta pesquisa foi delimitada em três frentes analíticas, sendo duas de caráter analítico e uma de caráter exploratório. Com respeito a primeira delas, a frente teórica, buscou-se compreender o conceito do termo Economia Solidária, seu histórico e os contextos sociais que propiciam o seu surgimento. A segunda frente, por sua vez, consistiu na participação da pesquisadora nas reuniões do Fórum Regional de Economia Solidária, realizado mensalmente no município de Governador Valadares, concentrando-se em captar as percepções do grupo, as regras estabelecidas, estrutura da organização e as principais dificuldades enfrentadas. A terceira frente, caracterizada como exploratória, consistiu em pesquisa de campo, com aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas.

Acerca do caráter da pesquisa, teve-se por objetivo a descrição das características da população estudada, sua distribuição por idade, sexo, nível de escolaridade, renda, motivos para estar no grupo, entre outros aspectos, como as opiniões e atitudes do grupo (GIL, 1999). Com relação à participação nas reuniões do Fórum Regional de Economia Solidária, a abordagem utilizada foi a observação participante e, conforme Babbie (1999, p. 74), “[...] refere-se a um método de coleta de dados em que o pesquisador torna-se participante no evento ou grupo social estudado. Você pode juntar-se a uma marcha de protesto para colher dados sobre os outros participantes, ou entrar num grupo religioso que deseja estudar”.

Para fundamentar os três eixos, adotou-se o procedimento caracterizado por pesquisa bibliográfica e documental. Desse modo, houve uma observância em fontes de informações secundárias, estas relativas a:

- Textos produzidos por estudiosos da área de Economia Solidária, Ciência Política e Economia Brasileira;

- Documentos que regulamentem o fomento à prática da Economia Solidária no Brasil, assim como as leis que regem a criação da Secretaria de Economia Solidária no âmbito nacional.

Parte do material utilizado é publicado sob o formato de relatórios de pesquisa, livros e artigos, por universidades, institutos governamentais, organismos multilaterais e centros de pesquisa.

A fim de se obter dados primários sobre o perfil dos produtores e comerciantes no âmbito da Economia Solidária em Governador Valadares e região, realizou-se a aplicação de questionários com os participantes das associações com perfil solidário, a saber: o Ponto de Cultura, a Associação de Saúde Alternativa (ASA), a Rede de Consumidores Tamanduá e a Associação Tecendo Artes de Mathias Lobato (ASSOARTE). Além destas, o questionário também foi respondido por participantes das reuniões do Fórum Regional e por produtores da Feira Agroecológica. Obteve-se um total de vinte e sete respostas (amostra $n = 27$). Todo o trabalho de campo foi realizado em Governador Valadares e Mathias Lobato, cidade incluída geograficamente como parte do Fórum Regional.

Como critério para a seleção dos indivíduos da amostra foi considerado como parte do movimento solidário aquele/aquela que, no momento da aplicação do questionário, afirmou que o local de sua residência era Governador Valadares e região e que participava de alguma das associações identificadas com os princípios de Economia Solidária. Com relação ao número de respondentes, não há critério estatístico para definição do tamanho da amostra que garanta a representatividade populacional e elimine o viés amostral, dado a falta de dados formais acerca dos participantes do movimento. Tratando-se, portanto, de uma pesquisa parcialmente exploratória, a amostra foi definida a partir da pesquisa participativa, onde realizou-se o primeiro contato com os possíveis respondentes e, posteriormente, realizaram-se visitas aos empreendimentos. Os participantes do questionário serão tratados como “respondentes” nesta pesquisa.

Paralelamente, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com gestores e antigos membros das associações. Foram feitas, ao todo, cinco entrevistas, sendo a amostra composta por três feirantes, uma gestora e um sócio gestor, conforme indicado no Quadro 2 abaixo. A escolha de cada associação se deu pela expressividade no município, observada durante a participação nas reuniões do fórum, assim como a aparente existência de uma gestão mais horizontal para que, posteriormente, fossem encontrados traços de similaridade entre as associações e o cooperativismo histórico proposto por Singer (2002). Para garantir o anonimato dos entrevistados, os nomes utilizados nesta pesquisa são fictícios e, por limitação do tempo e

delimitação do objeto estudado, apenas quatro entrevistas foram, de fato, utilizadas nesta pesquisa.

Quadro 2 - Informações dos entrevistados

Nome	Idade	Sexo	Função	Associação
Josélia	43	Feminino	Produtora rural	Feira da Agricultura Familiar
Daniel	56	Masculino	Produtor Rural	Feira da Agricultura Familiar e Rede Tamanduá
Natércio	28	Masculino	Gestor	CRESAFA
Otávia	32	Feminino	Coordenadora	Rede Tamanduá
Afonso	35	Masculino	Produtor Rural	Feira da Agricultura Familiar

Fonte: Elaboração própria com base em pesquisa de campo.

Com todos os entrevistados propôs-se conhecer a história da associação, quais princípios fundamentaram sua criação e como se deu sua construção. Em relação à gestão, investigou-se em maior profundidade as regras para se associar, se existe ou não um conselho gestor e, caso exista, como são divididos os cargos e como é realizada a eleição, como são tomadas as decisões, frequência das reuniões e se há algum fundo solidário que garanta o funcionamento da associação ou se ela se mantém sob transferências de renda, sejam estas governamentais ou não.

A partir da coleta de dados primários, realizou-se a caracterização dos sujeitos do estudo, que será apresentada no formato de tabela e indicará a porcentagem de sujeitos para cada opção apresentada no questionário, e a caracterização dos empreendimentos, tendo por base as informações repassadas nas entrevistas. Posteriormente, será apresentado um diagrama de influências para demonstrar as relações entre as associações e suas características fundamentais. Todas as informações coletadas, em conjunto com o Catálogo de Empreendimentos Solidários de Governador Valadares de Região, fornecido pela Secretaria do Desenvolvimento do município, serão organizadas no formato de tabela para apresentação do Mapa de Empreendimentos Solidários. Os resultados são apresentados na próxima seção.

4.1. Notas sobre os questionários

O questionário aplicado foi dividido em três categorias de questões, sendo a primeira delas composta por questões abertas e fechadas, com o intuito de levantar dados acerca dos respondentes, como idade, sexo, renda familiar, estado civil. A segunda parte foi composta por questões abertas e fechadas relacionadas ao tipo de atividade realizada pelo indivíduo e se esta

é parte de uma associação ou não. Buscou-se identificar se o respondente era parte de algum grupo de produção ou comercialização, o objetivo do grupo e a frequência de realização das atividades. A terceira parte foi composta por questões fechadas e binárias (sim ou não) e teve por objetivo identificar as percepções dos respondentes acerca do termo Economia Solidária e se eles se consideram parte do movimento.

Gil (1999, p. 121) define questionário como “[...] a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de se obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores”. Com relação à tipologia das questões empregadas e suas vantagens e desvantagens, Babbie (1999, p. 189) classifica as questões abertas como questões que os respondentes podem dar sua própria resposta, entretanto, “[...] Respostas abertas devem ser codificadas antes de entrar com os dados, e há o perigo de alguns respondentes darem respostas irrelevantes para a intenção do pesquisador”. Tal problema pode ser minimizado com respostas fechadas, em que o respondente escolhe uma das opções listadas. A desvantagem ocorre quando:

“A estruturação das respostas pode deixar passar algumas que são importantes. Por exemplo, ao perguntar sobre “as questões mais importantes com as quais o país se depara” você pode apresentar uma lista delas, mas deixar passar questões que os respondentes consideram importantes” (BABBIE, 1999, p. 190).

Ainda segundo o autor, tais problemas podem ser evitados desde que as opções sejam exaustivas, ou seja, incluam o máximo de respostas possíveis e mutuamente excludentes, em que os entrevistados não se sintam forçados a escolher mais de uma resposta (BABBIE, 1999).

4.2. Notas sobre as entrevistas semiestruturadas

Definido como um dos objetivos deste estudo a investigação acerca das motivações iniciais e formas de gestão das associações presentes em Governador Valadares e região, utilizou-se a técnica de entrevista semiestruturada para a obtenção de informações primárias. De acordo com Gil (1999), a entrevista se caracteriza por uma forma de diálogo assimétrica, em que o pesquisador busca coletar informações e a outra se apresenta como a fonte de informações. Ela caracteriza-se, sobretudo, como uma forma de interação social.

A escolha do formato de entrevista semiestruturada se justifica pela possibilidade atribuída ao entrevistador de reformular a pergunta para adequá-la à compreensão do momento, assim como permitir que entrevistador desça mais profundamente, caso se faça necessário. Sendo assim, a elaboração de um roteiro de entrevista permite que a resposta seja mais adequada

a cada questão, eliminando os problemas resultantes de perguntas que permitem apenas respostas “sim e não” (GOODE; HATT, 1979). Esta pesquisa parte do princípio da heterogeneidade das associações e, conseqüentemente, dos entrevistados, fato que justifica a importância da possibilidade de reformulação das questões no desenvolvimento da entrevista. Em se tratando das vantagens das entrevistas, Gil (1999, p. 110) tece as seguintes considerações:

- a) a entrevista possibilita a obtenção de dados referentes aos mais diversos aspectos da vida social;
- b) a entrevista é uma técnica muito eficiente para a obtenção de dados em profundidade acerca do comportamento humano;
- c) os dados obtidos são suscetíveis de classificação e de quantificação.

As entrevistas foram realizadas individualmente, face-a-face, caracterizam-se como focalizadas⁷ e ocorreram durante visita da pesquisadora em todas as associações mencionadas no Quadro 02.

A escolha dos entrevistados se deu de forma diferente para cada associação. No caso de Daniel e Josélia, partiu-se do reconhecimento desses atores como ativos e integrantes do processo histórico da associação. As percepções surgiram durante as discussões no Fórum Regional de Economia Solidária e pela participação da pesquisadora como extensionista⁸ do projeto Rede Tamanduá. A abertura para a conversa com Daniel resultou da entrevista com Afonso, já que ambos comercializam na mesma barraca. A escolha de Otávia também se deu pelo reconhecimento de sua participação na criação da Rede Tamanduá, e Natércio foi escolhido por ser associado à CRESAFA e ter disponibilidade de tempo quando necessário. Todas as entrevistas foram realizadas durante os meses de setembro e outubro de 2018.

⁷ Gil (1999, p. 110) define o termo “entrevistas focalizadas” como: “[...] tão livre quanto a anterior; todavia, enfoca um tema bem específico. O entrevistador permite ao entrevistado falar livremente sobre o assunto, mas, quando este se desvia do tema original, esforça-se para a sua retomada”.

⁸ Atualmente a pesquisadora possui vínculo com o Núcleo de Agroecologia de Governador Valadares, projeto de extensão da UFJF e participa ativamente do projeto “Rede Tamanduá”, desenvolvido pelo Núcleo.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta seção expõe os resultados obtidos a partir da aplicação de questionários e realização de entrevistas semiestruturadas. Tais resultados são discutidos em 4 subseções: na primeira, os sujeitos participantes do estudo são caracterizados; na segunda, será feita uma breve descrição das associações com relação ao seu histórico, forma de gestão e similaridades com o cooperativismo histórico; na terceira, a relação observada entre as associações são sintetizadas em um diagrama de influências e; na quarta, os empreendimentos mapeados são relacionados em um quadro contendo suas informações principais.

5.1. Caracterização dos sujeitos do estudo

Compuseram a amostra, ao todo, vinte e sete participantes de grupos de discussão, associações e feiras que se identificam com o modo de produção solidário. Todas as informações levantadas através de entrevistas e questionários serão analisadas nesta subseção. Apesar do total de 27 respondentes, nem todos/todas responderam o questionário por completo, portanto, esse valor foi atribuído ao “não responderam” em cada tabela.

Com idade mínima de 27 anos e idade máxima de 82, a média de idade do grupo foi de 52,82 anos, sendo o desvio padrão de 13,26 anos. A maioria dos trabalhadores possuem mais de 60 anos, sendo estes 36% da amostra ($n = 9$), seguido de pessoas com idade entre 40 a 50 anos, que representam 32% da amostra ($n = 8$). Tais dados estão reportados na Tabela 1.

Tabela 1 – Distribuição dos integrantes da amostra por idade

Idade	N	Percentual
Menos de 30	1	4%
30 a 40	3	11%
40 a 50	8	30%
50 a 60	4	15%
60 ou mais	9	33%
Não responderam	2	7%
Total	27	100%

Fonte: Elaboração própria com base em resultados da pesquisa.

Conforme apontado na Tabela 2, verifica-se que a maioria dos participantes é mulher, que compõe 74,07% da amostra (n = 20), enquanto os homens constituem 25,93% dos participantes (n = 7).

Tabela 2 - Distribuição dos integrantes da amostra por sexo

Sexo	N	Percentual
Feminino	20	74,07%
Masculino	7	25,93%
Total	27	100%

Fonte: Elaboração própria com base em resultados da pesquisa.

A Tabela 3 apresenta dados relacionados à escolaridade dos entrevistados/entrevistadas. Observa-se que 51,85% da amostra (n = 14) possui ensino médio completo e somente 18,52% possuem ensino superior completo (n = 5). A mesma taxa de escolaridade (18,5%) pode ser observada para o ensino fundamental incompleto, o que explicita a baixa taxa de educação formal entre os participantes da pesquisa.

Tabela 3 - Distribuição dos integrantes da amostra por escolaridade

Escolaridade	N	Percentual
Nenhuma	1	3,7%
Ensino fundamental incompleto	5	18,5%
Ensino fundamental completo	2	7,4%
Ensino médio incompleto	0	0,0%
Ensino médio completo	14	51,9%
Ensino superior incompleto	0	0,0%
Ensino superior completo	5	18,5%
Total	27	100%

Fonte: Elaboração própria com base em resultados da pesquisa.

Questionados sobre o exercício de outras atividades além da Economia Solidária, 47% dos entrevistados (n = 10) informaram que trabalham informalmente. O trabalho formal é o que há menor participação entre os entrevistados, sendo comum para apenas 25% dos trabalhadores (n = 6). Entre os empregos informais estão a venda de porta em porta, confecção de artesanato, trabalho em brechó, produção camponesa, serralheria, trabalho como ambulante e faxina. Já

entre os trabalhadores formais, as ocupações apontadas foram: auxiliar de escritório, contadora e professora aposentada. Os dados seguem na Tabela 4.

Tabela 4 – Distribuição dos integrantes da amostra a partir do exercício de outras atividades

Outras Atividades	N	Percentual
Trabalho doméstico próprio	8	29,63%
Trabalho formal	6	22,22%
Trabalho informal	10	37,04%
Não responderam	3	11,11%
Total	27	100,00%

Fonte: Elaboração própria com base em resultados da pesquisa.

Acerca dos motivos para participação nas feiras e/ou associações (Tabela 5), 41% dos trabalhadores participantes da pesquisa (n = 11) utilizam a renda gerada para complementar a renda familiar, mas esta não é a renda principal. Em seguida, a justificativa de 30% dos entrevistados (n = 8) é de que a renda gerada é utilizada para complementar a renda familiar e é a fonte de renda principal. Apenas 11% (n = 3) trabalham na Economia Solidária como alternativa para o desemprego. Entre os motivos apontados como “outros” estão assessoria aos grupos, manter uma vida ativa e a ajuda aos companheiros.

Tabela 5 – Distribuição dos integrantes da amostra a partir da motivação para participar das feiras ou associações

Motivo para participação nas feiras ou associações	N	Percentual
Alternativa para o desemprego	3	11%
Complementar a renda familiar, mas a atividade não é a fonte de renda principal	11	41%
Complementar a renda familiar e a atividade é a fonte de renda principal	8	30%
Outros	5	19%
Total	27	100%

Fonte: Elaboração própria com base em resultados da pesquisa.

Os dados sobre a renda mensal familiar, reportados na Tabela 6, informam que 41% dos entrevistados (n = 11) recebem entre um e dois salários mínimos, calculado como R\$ 954,00

para o ano de 2018. Em seguida, a segunda faixa de renda com maior participação é a de menos de um salário mínimo, sendo o valor indicado por 30% dos trabalhadores (n = 8).

Tabela 6 – Distribuição dos integrantes da amostra a partir da renda mensal familiar

Faixa de renda	N	Percentual
Menos de 954 reais	8	30%
De R\$ 954,00 até R\$ 1,908 reais	11	41%
De R\$ 1.908,00 até R\$ 2.862,00	5	19%
De R\$ 2.862,00 até R\$ 3.816,00	2	7%
De R\$ 3.816 até R\$ 4.770,00	0	0%
Acima de R\$ 4.770,00	1	4%
Total	27	100%

Fonte: Elaboração própria com base em resultados da pesquisa.

Com relação à participação dos entrevistados no Programa de Microempreendedor Individual, 81% afirmam não estar incluído no programa (n = 21), conforme a Tabela 7.

Tabela 7 – Distribuição dos integrantes da amostra por inclusão no Programa MEI

Inclusão no MEI	N	Percentual
Sim	5	19%
Não	21	78%
Não responderam	1	4%
Total	27	100%

Fonte: Elaboração própria com base em resultados da pesquisa.

A participação em grupos de produção/comercialização se mostrou bastante expressiva, 70% dos entrevistados (n = 19) fazem parte de algum grupo, conforme os dados da Tabela 8. Entre os grupos estão, principalmente, associações de artesanato, terapias alternativas, e feiras agroecológicas.

Tabela 8 – Distribuição dos integrantes da amostra a partir da participação em grupos de produção/comercialização

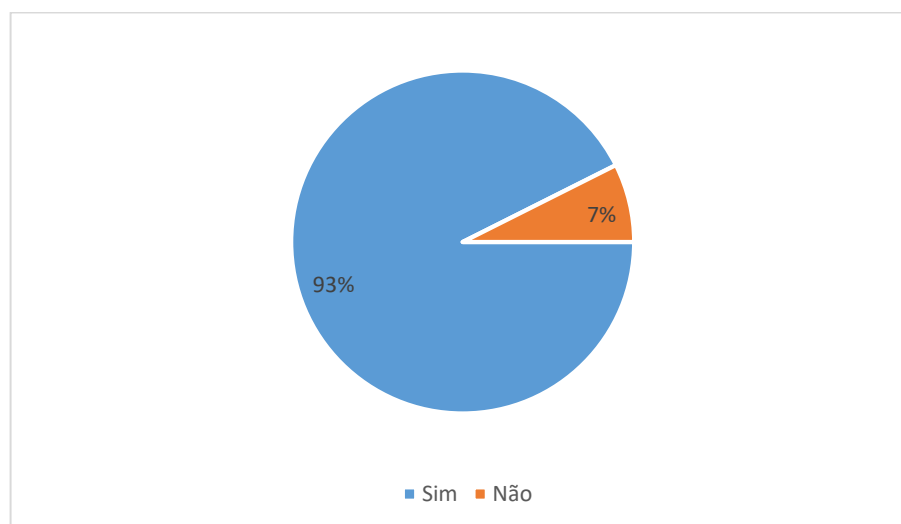
Participa de algum grupo de produção?	N	Percentual
Sim	19	70%
Não	8	30%
Total	27	100%

Fonte: Elaboração própria com base em resultados da pesquisa.

Para compreender a percepção dos entrevistados acerca do conceito de Economia Solidária e sua integração no movimento, foram feitas 5 perguntas individuais com respostas binárias acerca do tema, portanto, os resultados serão apresentados em gráficos para melhor compreensão. É importante ressaltar que todos os participantes responderam às cinco perguntas, sendo o total da amostra igual a 27 para todas.

Questionados, primeiramente, se os participantes sabem o que é Economia Solidária, 92,59% afirmaram saber sobre o conceito ($n = 25$), contra 7,41% que disseram não saber ($n = 2$), conforme apresentado no Gráfico 2.

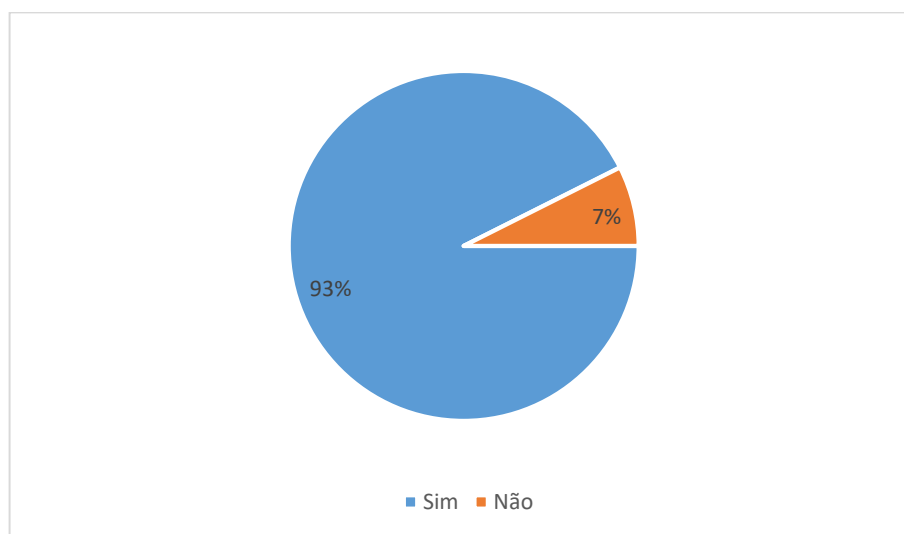
Gráfico 2 – Conhecimento dos integrantes da amostra acerca do movimento da Economia Solidária



Fonte: Elaboração própria com base em resultados da pesquisa.

O mesmo percentual foi observado para a segunda questão que analisou o pertencimento dos participantes ao movimento. Nesse sentido, 92,59% afirmaram se considerar parte do movimento de Economia Solidária ($n = 25$), enquanto 7,41% não se consideram parte do movimento ($n = 2$). Essas informações são reportadas no Gráfico 3.

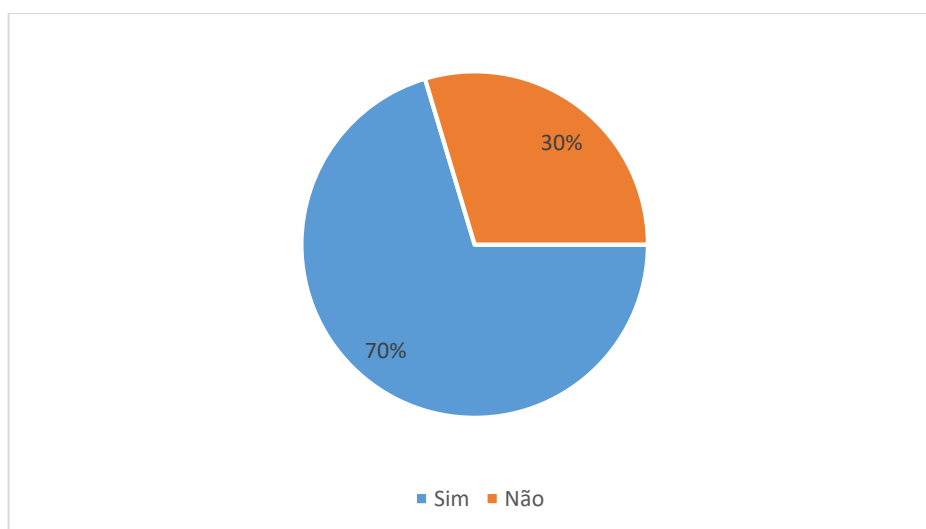
Gráfico 3 – Distribuição dos integrantes da amostra a partir da percepção de pertencimento ao movimento da Economia Solidária



Fonte: Elaboração própria com base em resultados da pesquisa.

Com relação à presença em eventos voltados à discussão sobre Economia Solidária (Gráfico 4), 70,37% afirmam ter participado de algum seminário sobre o tema ($n = 19$), número bastante expressivo e positivo, enquanto 29,63% nunca estiveram presentes em seminários sobre o tema ($n = 8$).

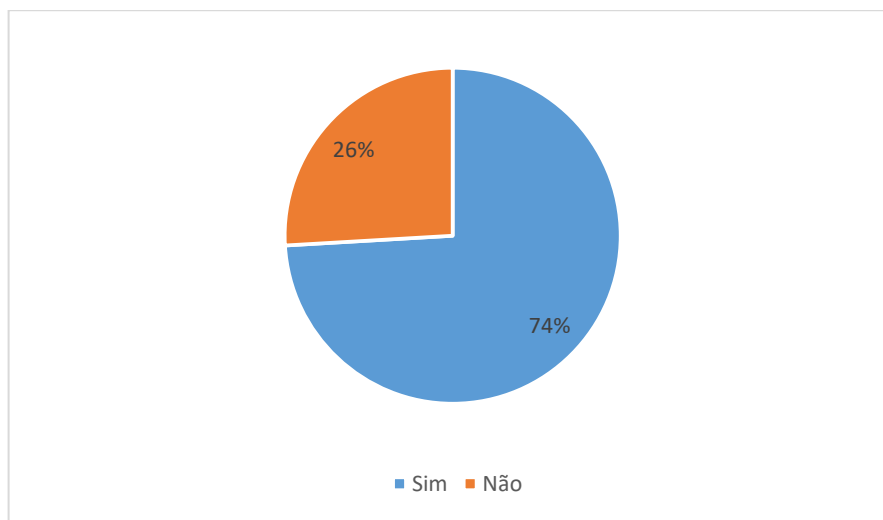
Gráfico 4 – Distribuição dos integrantes da amostra a partir da participação em eventos/seminário sobre Economia Solidária



Fonte: Elaboração própria com base em resultados da pesquisa.

A quarta questão tinha por objetivo avaliar a participação individual na reunião do Fórum Regional de Economia Solidária, que acontece em Governador Valadares. Conforme os dados reportados no Gráfico 5, 74,07% participam das reuniões que ocorrem mensalmente (n = 20), enquanto 25,92% disseram não participar (n = 7).

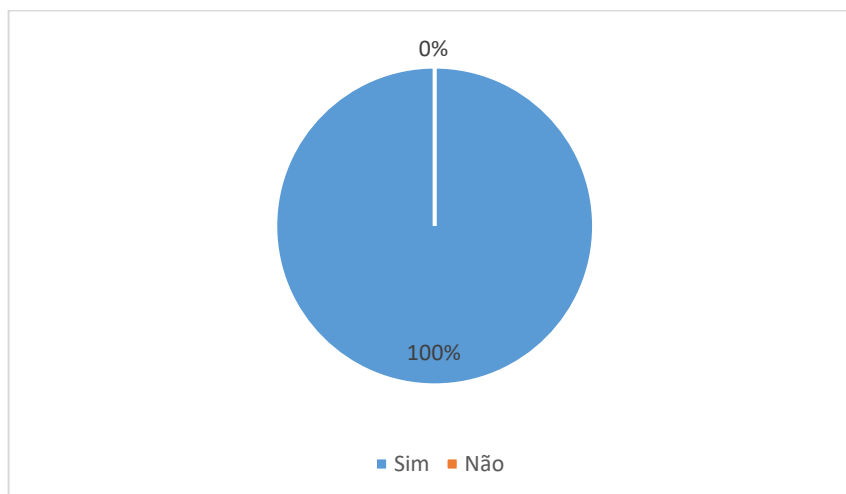
Gráfico 5 – Distribuição dos integrantes da amostra a partir da participação nas reuniões do Fórum Regional de Economia Solidária



Fonte: Elaboração própria com base em resultados da pesquisa.

A quinta e última pergunta tratou do interesse dos integrantes da amostra em participar de algum grupo de discussão sobre a Economia Solidária, com fins de aprendizado. Nesse ponto, 100% dos entrevistados (n = 27) demonstraram interesse em participar.

Gráfico 6 – Distribuição dos integrantes da amostra a partir do interesse em participar de grupos de discussão sobre a Economia Solidária



Fonte: Elaboração própria com base em resultados da pesquisa.

5.2. Caracterização das associações visitadas

Durante as entrevistas, visitas aos grupos e participação nas reuniões do Fórum, foram identificados diferentes grupos de organização, representação e associação com perfil solidário em Governador Valadares. Notou-se, também, que esses grupos se organizam de formas diferentes, já que possuem objetivos distintos. Sendo assim, foram feitas entrevistas semiestruturadas com os trabalhadores que atuam há mais tempo no movimento da Economia Solidária ou com um gestor do grupo/empreendimento para captar suas características essenciais, formas de organização e motivações iniciais.

Esta subseção está dividida em quatro tópicos, onde cada um discorre sobre as características de quatro organizações baseadas nos princípios da Economia Solidária em Governador Valadares. Os critérios para a escolha foram a expressividade das associações na cidade e o grau de acessibilidade, dado o tempo e os recursos disponíveis. O objetivo é analisar o histórico da associação, sua forma de gestão e, ao fim, identificar semelhanças entre as associações pesquisadas e as formas de cooperativismo descritas na literatura, a partir das contribuições de Singer (2002) (Quadro 1).

O primeiro tópico descreve a organização da Feira Agroecológica da Agricultura Familiar; o segundo, a Cooperativa Regional de Economia Solidária da Agricultura Familiar e Agroecológica (CRESAFA); o terceiro, o Fórum Regional de Economia Solidária; e, por fim, o quarto tópico trata da Rede Tamanduá. Os nomes dos entrevistados foram substituídos para manter o anonimato.

5.2.1. Feira da Agricultura Familiar de Governador Valadares

Para se compreender o funcionamento da feira da Agricultura Familiar de Governador Valadares foram realizadas entrevistas com a feirante e agricultora Josélia, de 43 anos, e com Daniel, 56 anos, trabalhador rural produtor de mais de 250 variedades de plantas alimentícias e medicinais. A feira é composta somente por produtores rurais da agricultura familiar, onde se comercializa produtos, em sua maioria, *in natura*, como vegetais, hortaliças, ervas, galinhas, ovos, entre outros. Há também famílias que comercializam produtos minimamente processados, como queijos e outros derivados do leite, melado, derivados do milho, bolos, biscoitos. Ao ar livre, todas as sextas-feiras pela manhã, a feira se localiza no centro da cidade.

5.2.1.1. Histórico da associação

Com seu início em 2003, Daniel explicou que a feira surgiu a partir da necessidade dos produtores rurais de realizarem um comércio mais justo de suas mercadorias. Segundo ele:

Daniel: Na verdade essa feirinha aqui surgiu de uma necessidade mesmo, porque a venda na rua era livre, né... e aí depois começam as regras pra você vender e acabou com a feira que nós vendíamos por atacado aqui, e todo mundo tinha que ir pro CEASA. Como nós éramos pequeno produtor, CEASA não é lugar de pequeno produtor não, é lugar de atravessador [...] os próprios produtores ou atravessadores que estão lá vendem diretamente pros supermercados, sacolão, pras mercearias, pro pessoal do mercado. O pessoal da feira compra lá pra vender, a nossa aqui é diferente, por isso que eu tava contando a história lá dos anos 80. Mas aí depois nós tivemos a necessidade, como acabou nosso espaço de venda direta, tinha que ser no CEASA. Eu, por exemplo, frequentei o CEASA por 6 anos, mas não aguentei. Fiquei uns cinco anos sem comercializar, parei, aí foi quando, então, nós tivemos a ideia de criar a feira. Lá em 2003, 2004 a gente começou essa discussão de criar uma feira pra nós produtores mesmo do município, então a feira aqui só tem produtor e produtora do município, não tem nenhum atravessador aqui, e aí a gente vem mais nessa discussão da agroecologia, na produção sem veneno, sem adubo e estamos aqui, mas mesmo assim a gente enfrenta algumas dificuldades. Sempre algum supermercado quer tirar nós porque você tá perto do centro, quer afastar nós daqui, não sei porquê, eu não concordo com eles.

Atualmente, a feira conta com, aproximadamente, 30 famílias e funciona todas as sextas-feiras. Ainda segundo Daniel, no momento, a associação de agricultores não recebe apoio direto de instituições, tanto governamentais quanto não governamentais. Há, eventualmente, programas de assistência organizado pelo Centro Agroecológico Tamanduá, pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade e auxílio da prefeitura para o transporte, que o entrevistado classifica como “razoável”. É importante ressaltar que a feira é uma associação heterogênea e algumas famílias participam de diferentes atividades marginais ao comércio realizado na feira, como o Programa de Merenda Escolar e a Rede Tamanduá, portanto, o apoio individual que cada uma recebe é diferente.

5.2.1.2. Gestão da associação

A gestão da associação se dá de forma muito similar às regras básicas da cooperativa de *Rochedale* descritas na seção 3.3 deste trabalho, em que as decisões são tomadas de forma horizontal em assembleia, conforme explica Josélia: “[...] de dois em dois meses a gente tem a assembleia, que a gente leva as demandas, apresenta novos sócios que queiram entrar, aí a assembleia avalia aquele sócio e se a assembleia decidir que sim, na sexta-feira seguinte ele vai pra feira, é um membro da feira”.

Com relação às regras que regem a feira, Daniel diz: “Nós temos uma associação, um estatuto que regulamenta como é que tem que ser, as condições de produção, como é que você tem que proceder aqui, tudo tem [...] costuma ter alguns cursos pra fazer, mas nem todo mundo gosta de participar não, mas tem”. Questionado sobre a prática da agroecologia entre os participantes da feira, o feirante esclarece que não é uma regra para entrar, que todos fazem parte da agricultura familiar, produzem sem veneno, mas a agroecologia é um termo que vai além disso e que alguns precisam de um pouco mais de convivência no grupo para entender e praticá-la.

Conforme Daniel, a feira conta com um fundo solidário, proveniente de uma taxa de 5% sobre as vendas diárias de cada família e, no âmbito da autogestão, a cada dois anos os associados elegem uma chapa composta por presidente, tesoureiro e secretário para representá-los.

5.2.1.3. Similaridades

Sendo mais comum em países predominantemente agrícolas, como dito na seção anterior, o modelo cooperativo de compra e venda é o que mais se assemelha à forma de associação da Feira Agroecológica, pois surge como alternativa aos cartéis estabelecidos na região, em busca de um comércio justo para suas mercadorias.

5.2.2. Cooperativa Regional de Economia Solidária da Agricultura Familiar Agroecológica (CRESAFA)

Para compreender a organização da cooperativa, o entrevistado foi Natércio, funcionário do Centro Agroecológico Tamanduá (CAT) à serviço da CRESAFA e sócio da cooperativa. Localizada no centro da cidade, a CRESAFA não comercializa produtos diretamente ao público, mas atua como intermediária entre os produtores rurais e os receptores das mercadorias, majoritariamente, escolas estaduais e a prefeitura do município. Os produtos comercializados são exclusivamente *in natura*, sendo a maioria hortaliças e vegetais. A cooperativa recebe novos associados, urbano ou rurais, anualmente, que são selecionados com base nos requisitos propostos no regimento da cooperativa. A CRESAFA conta com um conselho gestor, responsável por executar as demandas burocráticas da associação e funciona diariamente em horário comercial.

5.2.2.1. Histórico da associação

A CRESAFA tem seu nascimento no ano de 2004. Inicialmente, surgiu em parceria com a Feira Agroecológica, pois ambas agregavam produtores em comum e, assim como a Feira Agroecológica, a CRESAFA se originou da necessidade de comercialização do excedente da produção da agricultura familiar. A estratégia inicial para o escoamento era a “Lojinha da CRESAFA”, onde os produtores da agricultura familiar deixavam suas mercadorias que eram ofertadas aos consumidores durante a semana em horário comercial.

A partir de 2009, a CRESAFA passou a fazer parte do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)⁹, que se torna o novo foco do escoamento da produção. Segundo Bernardo, as demandas são feitas através de chamadas públicas, que são repassadas aos agricultores. É realizado, então, um contrato diretamente com a escola que contém um cronograma de entregas a ser cumprido. A logística de busca e entrega dos produtos é de responsabilidade da cooperativa.

5.2.2.2. Gestão da associação

A CRESAFA é composta por 124 sócios que moram ao longo do território do Rio Doce, além desses, há também agricultores não associados, mas que não foram contabilizados para a pesquisa. Para sua gestão, a cooperativa conta com um diretor-presidente, um diretor-administrativo, um diretor-financeiro e um diretor-secretário. O dinheiro para garantir funcionamento do local e o pagamento dos gestores, que trabalham diariamente, advém de uma taxa administrativa que incide sobre os contratos realizados entre agricultores e escolas/prefeitura.

Todas as decisões são tomadas em assembleia entre sócios e os diretores. A cooperativa tem uma assembleia geral prevista para acontecer uma vez ao ano, onde se presta contas anuais, renova-se o conselho fiscal e trata de questões pendentes. Com relação à renovação dos diretores, a cada três anos se elege um novo conselho de administração e todo ano se elege um novo conselho fiscal, que tem por objetivo fiscalizar a parte financeira e contábil da cooperativa. Todos os sócios podem se candidatar a ambos os cargos, independentemente do tempo de participação ou escolaridade.

Para se tornar sócio da CRESAFA, o agricultor deve cumprir os seguintes passos:

⁹ O programa é regido pela Lei nº 11.947 de 16/06/2009 e resoluções do FNDE. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm.

1. Demonstrar interesse;
2. Ser avalizado por dois sócios, que indicam e asseguram o agricultor;
3. Passar pela “avalização” de dois membros do conselho administrativo;
4. Ser aprovado em assembleia geral por todos os sócios.

A CRESAFA funciona de segunda a sexta e conta, atualmente, com sete gestores, além dos associados.

5.2.2.3. Similaridades

Em comparação aos tipos de cooperativismo reportados por Singer, a CRESAFA se assemelha com o cooperativismo de compra e venda. Este modelo é comum entre produtores agrícolas que buscam formas de comércio à margem do mercado tradicional, com vistas à valorização de seus produtos.

5.2.3. Fórum Regional de Economia Solidária

Os relatos a respeito do Fórum fazem parte da observação da pesquisadora durante a participação em suas reuniões. Para compreender o seu processo de criação, utilizou-se como referência as leis de fomento às iniciativas relacionadas à Economia Solidária por parte do governo federal. O Fórum é uma associação diferente das citadas anteriormente, não há objetivo comercial ou produtivo, ele funciona, principalmente, para discussão no âmbito da Economia Solidária na região. As reuniões ocorrem todas as primeiras quartas-feiras do mês e os temas são variáveis, podem ser propostos textos ou cartilhas para discussão, repasses das reuniões ocorridas em outros fóruns e eventos, estaduais e nacionais, e a organização das feiras mensais da Economia Solidária na cidade. Entre todas as associações visitadas, o fórum se mostrou o mais heterogêneo e é composto tanto por artesãs, quanto por associações de saúde alternativa, produtoras rurais e alimentícias. Sua função principal é informar e organizar. Portanto, não serão especificadas “similaridades” para a associação.

5.2.3.1. Histórico do Fórum

A criação dos Fóruns Regionais de Economia Solidária em todo o Brasil têm seu marco na criação da Secretaria Nacional da Economia Solidária (SENAES), que passa a compor o

Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em 2003 a partir da lei nº 10.683/2003¹⁰, atualmente revogada pela lei nº 13.502/2017¹¹, mas que, durante sua vigência, tinha como princípio fomentar e difundir a Economia Solidária em todo o Brasil, como resposta ao alto índice de empregos informais do período (SINGER, 2004).

No âmbito legal, uma das competências da lei que instituiu a SENAES era prestar apoio material e político às práticas de Economia Solidária através do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Conforme Singer (2004, p. 4):

O FBES descentralizou sua atividade, organizando fóruns estaduais de economia solidária na maioria das unidades da federação. A Senaes organizou visitas a todos os estados, para levar seu programa “Economia Solidária em Desenvolvimento” tanto às Delegacias Regionais do Trabalho (DRT) como aos fóruns estaduais. Dessa forma, fóruns e DRTs começaram a combinar esforços no fomento e divulgação da economia solidária nos estados. Mais recentemente, cada DRT designou uma funcionária ou funcionário para responder pelas atividades em prol da economia solidária.

Sendo assim, a partir das políticas de fomento à geração de renda a partir da Economia Solidária postas em prática pelo MTE, cria-se o Fórum Regional de Economia Solidária em 2004, cujas reuniões ocorrem em Governador Valadares.

5.2.3.2. Organização e atuação do Fórum Regional de Economia Solidária

Diferente das duas associações analisadas anteriormente, o Fórum não tem por objetivo produzir, comprar ou vender produtos. Trata-se de um canal de comunicação entre as associações já estabelecidas na cidade e sua prefeitura. Atualmente, é papel do Fórum organizar a feira mensal da Economia Solidária¹², levantar e propor soluções às demandas dos grupos quando necessário, organizar seminários sobre o tema, realizar pesquisas perante os grupos, discutir temas tangentes à Economia Solidária, como os direitos da mulher e a igualdade de gênero na sociedade, entre outros.

A organização não conta com um conselho responsável pela gestão, todas as decisões são tomadas em assembleia quando necessário. Através da participação nas reuniões, entrevistas e aplicação de questionário, observou-se que as reuniões são compostas majoritariamente por mulheres e agrega mais associações relacionadas ao trabalho artesanal, à

¹⁰ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.683.htm#art30xiii.

¹¹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13502.htm#art82.

¹² A Feira da Economia Solidária em Governador Valadares ocorre mensalmente na Praça dos Pioneiros, com data prevista nas reuniões do Fórum e tem por objetivo a comercialização e exposição de produtos.

produção alimentícia, à saúde alternativa que têm menos relação direta com o trabalho rural, ou seja, trata-se de associações, em sua maioria, urbanas.

5.2.4. Rede de Consumidores Tamanduá

Para este tópico que trata da Rede de Consumidores Tamanduá (Rede), contou-se com a participação de Otávia, integrante do Centro Agroecológico Tamanduá. Otávia acompanhou a Rede desde sua idealização e criação e, atualmente, trabalha diretamente com o projeto. A Rede foi criada no início de 2018 com objetivo de unir consumidores pró ativos com relação ao que consomem, ou seja, que buscam saber de onde vem o que compram, o método de produção (monocultura ou policultura), se são utilizados agrotóxicos e adubos, se há exploração do trabalho e se há produtores da agricultura familiar. Atualmente, a Rede conta com o apoio do Centro Agroecológico Tamanduá (CAT), da organização não governamental alemã *Misereor Ihr Hilfswerk* e do Núcleo de Agroecologia de Governador Valadares (NAGÔ). As entregas são realizadas pelos produtores todas as quartas e repassadas aos consumidores no mesmo dia. Para fins de informação, todos os produtos, semelhantes aos comercializados na Feira da Agricultura Familiar, são identificados por uma etiqueta que indica o nome de quem produziu e o local.

5.2.4.1. Histórico da associação

Questionada sobre a história da Rede, Otávia diz que a ideia já era comentada entre os agricultores antes de sua chegada. Segundo ela: “Os agricultores diziam que queriam trabalhar com entregas de cestas, haviam muitos produtos que eles não conseguiam inserir no mercado tradicional, porque, muitas vezes, pro mercado convencional não tem valor”. Atuando diretamente no campo como técnica agroecológica, Otávia utilizou as ferramentas, adquiridas em sua formação na área de agroecologia, para receber tais demandas e dar início à construção coletiva do projeto que se adequaria às necessidades dos agricultores.

Tendo como referência principal a *Rede Raízes da Mata*, projeto de comércio agroecológico estabelecido em Viçosa, e os princípios da tecnologia social¹³ *Comunidade que Sustenta Agricultura (CSA)*, formaram-se os ideais básicos da Rede Tamanduá, adaptados às condições regionais do Vale do Rio Doce e com apoio do Núcleo de Agroecologia de

¹³ Para maiores informações acerca do conceito de Tecnologias Sociais, consultar o texto “Inovação social e tecnologias sociais sustentáveis em relacionamentos intercooperativos: Um estudo exploratório do CREDITAG-RO” (OLIVEIRA; SILVA, 2012).

Governador Valadares (NAGÔ). A construção se deu com participação dos técnicos e agricultores, que definiram seus fundamentos e objetivos a curto, médio e longo prazos.

Após esse processo, foram selecionados cinco agricultores, que deveriam cumprir algumas condições, como ter meios de realizar as entregas dos produtos, ter se beneficiado do projeto ATER Agroecologia¹⁴, ser um agricultor de confiança, com consciência agroecológica e residir próximo a Governador Valadares, para que os técnicos pudessem acompanhar a produção. Selecionados os agricultores e os primeiros consumidores, no dia 20 de abril de 2018 a Rede Tamanduá teve seu início.

5.2.4.2. Gestão da associação

Partindo do princípio de que não há tomada de decisão dentro da Rede sem que todos os agricultores sejam consultados previamente, Otávia explicou que todas as decisões são pautadas coletivamente e que ainda não houve necessidade de votações e assembleias gerais, pois o grupo que, atualmente, é formado por quatro famílias, tem entrado em consenso a partir de argumentos construídos em reuniões.

Com cerca de 130 consumidores cadastrados, Otávia relata que ainda há pouca participação destes nas decisões, seja pela baixa aderência ao debate, mesmo quando são questionados, ou por estarem no início do processo de compreensão sobre o que é agroecologia e os objetivos da Rede.

Para garantir o seu funcionamento, a Rede conta com cinco técnicos que se dedicam parcialmente ao projeto, cinco bolsistas do NAGÔ, uma estagiária da Universidade Pitágoras e treze agricultores. Para suprir os gastos com os materiais utilizados, houve a criação de um fundo que é alimentado tanto pelos agricultores quanto pelos consumidores. Entre os agricultores, foi acordado uma taxa de 10% sobre as vendas e entre os consumidores a taxa acordada foi de 5%, totalizando 15% sobre as vendas.

5.2.4.3. Similaridades

Se comparado ao associativismo histórico de Singer, há, parcialmente, similaridade com o cooperativismo de compra e venda. O grupo é formado por agricultores e tem por objetivo se inserir no mercado de forma autônoma, valorizando os preços sem ceder aos grandes

¹⁴ O programa Ater Agroecologia é um projeto da Secretaria da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário que durante sua vigência levou técnicos ao campo para incentivar a prática da agroecologia entre os trabalhadores rurais.

comerciantes da região. Entretanto, não é prioridade a redução de custos através de compras coletivas.

5.3. Diagrama de influências e principais características das associações

Para esclarecer a dinâmica de interação entre os tipos de produção (artesanal, agricultura familiar, produção alimentícia) e as associações descritas nos tópicos acima, elaborou-se um diagrama de influências¹⁵ que leva em consideração os tipos de atividades realizadas por parte de seus membros e os objetivos de cada associação. Conforme Bueno (2011):

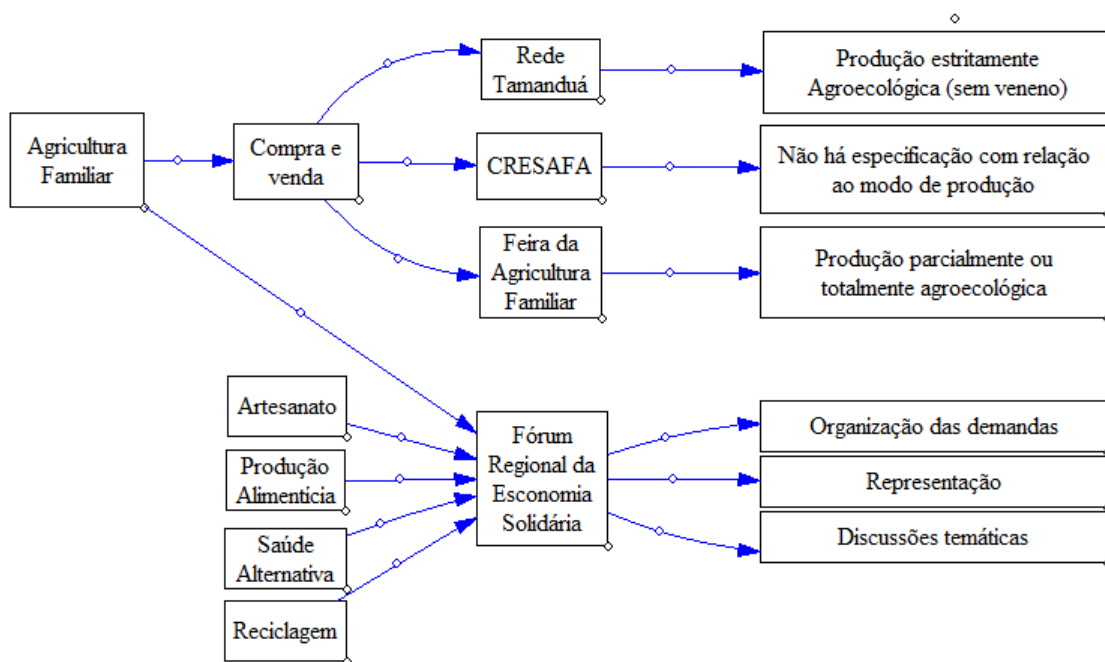
A construção de diagramas causais ou de influências pode ser muito útil para dar uma ideia da complexidade dos sistemas em que vivemos. Mas esses diagramas não são geralmente suficientes para nos permitir inferir conclusões sobre o efeito de ações particulares sobre a dinâmica de sistemas complexos para um prazo um pouco mais longo.

Sendo assim, o diagrama abaixo (Figura 1), produzido com informações coletadas a partir de entrevistas semiestruturadas e aplicação de questionários, não representa a exata realidade vivenciada pelas associações em Governador Valadares. Entretanto, tem por finalidade, colaborar no esclarecimento das relações vivenciadas pelos empreendimentos para a execução de políticas públicas focalizadas.

Como salientado na Introdução deste trabalho, o objetivo foi esboçar uma proposta de mapeamento dos empreendimentos econômicos solidários em Governador Valadares, sem a intenção de abarcar a totalidade das possíveis atividades com caráter solidário.

¹⁵ Para maiores informações acerca do conceito e construção de Diagrama de Influências, consultar: “Introdução à Dinâmica de Sistemas com aplicações para a Economia” (BUENO, 2011).

Figura 1 – Diagrama de influências das associações pesquisadas



Fonte: Elaboração própria com base em resultados da pesquisa.

O diagrama acima sintetiza as informações elencadas no tópico anterior. É possível observar que, de forma geral, os produtores/produtoras rurais fizeram parte da criação e atuam na gestão da Rede, da CRESAFA e da Feira da Agricultura Familiar, sendo o objetivo primordial a comercialização do que produzem. Há, também, uma modesta participação da agricultura familiar no Fórum Regional de Economia Solidária, que é composto, principalmente, por atividades de artesanato, produção alimentícia, saúde alternativa e reciclagem.

Do lado direito do diagrama tem-se as especificidades de cada associação. No que se refere à Rede, observa-se a comercialização de produtos provenientes de produção estritamente agroecológica, fruto de um longo trabalho com os produtores/produtoras rurais. A CRESAFA, por sua vez, não possui especificação com relação ao modo de produção, desde que se trate de agricultores familiares. A Feira prioriza o modo de produção agroecológico, entretanto, compreende que muitos agricultores/agricultoras entram sem compreender o significado da terminologia e compartilham conhecimento ao longo do tempo. Para o Fórum Regional, foram relacionados seus principais objetivos, sendo estes: organização, representação e discussão.

5.3. Outros empreendimentos com perfil solidário

A presente subseção tem por objetivo listar associações/grupos com perfil solidário, localizados em Governador Valadares e região, os quais não foram pesquisados detalhadamente neste trabalho em razão da limitação de tempo e recursos. Alguns dados foram extraídos durante as visitas e entrevistas, outros foram coletados no “Catálogo de Produtos e Serviços dos Empreendimentos Solidários”¹⁶, de 2018, da Secretaria do Desenvolvimento de Governador Valadares. É importante ressaltar que o mapeamento tem propósito informativo e não esgota a abrangência do movimento solidário no município.

Foram listados, ao todo, dezoito associações identificadas como integrantes do movimento de Economia Solidária em Governador Valadares e região. A maioria das atividades observadas se relacionam ao ramo agrícola, artesão e alimentício. Percebe-se, também, a predominância de associações que residem em Governador Valadares, o que pode ser um indício de baixa integração e apoio a associações solidárias presentes nos diversos distritos e pequenas cidades que permeiam o município. Ressalta-se, ainda, que o mapeamento não abarca todas as associações solidárias existentes no município e região, futuros estudos podem ampliar o mapeamento a partir de entrevistas com esses e novos empreendimentos. Todas as informações relativas aos empreendimentos mapeados estão organizadas no quadro 3, na seção de apêndices desta pesquisa.

¹⁶ O catálogo foi consultado em visita à Secretaria de Desenvolvimento do município.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração que, aproximadamente, 75% das entrevistadas são do sexo feminino, esta seção trata os sujeitos do estudo no feminino.

O movimento de Economia Solidária em Governador Valadares e região se mostra bastante característico ao que se encontra na literatura sobre o tema. Trata-se de uma população composta, em sua maioria, por mulheres, que se apresenta economicamente vulnerável, com rendas familiares de um a dois salários mínimos, com baixa escolaridade e alta taxa de informalidade nas atividades que executam, já que, para 41% das entrevistadas, o trabalho com Economia Solidária não é a fonte de renda principal e, aproximadamente, 37% executam atividades informais à parte. Tais características são compatíveis com os estudos acerca de mercado de trabalho e gênero¹⁷, que apontam maior informalidade entre mulheres, quando comparadas aos homens.

Com relação às associações, observou-se características heterogêneas. Apesar de possuírem similaridades com o associativismo histórico, as práticas ultrapassam o escopo delineado por Singer (2002). No município e região, a Economia Solidária se apresenta em diversas faces, seja em sua forma de organização ou nas atividades que se propõe, como prestar uma saúde alternativa, um serviço não exemplificado no associativismo histórico. Percebe-se, também, forte presença do associativismo agrícola, que se funda, principalmente, na necessidade de resistir face ao mercado cartelizado e garantir a valorização do produto da agricultura familiar.

Em termos gerais, a Economia Solidária em Governador Valadares remonta ao seu objetivo inicial, quando surgiu no Brasil, de ser uma forma alternativa para geração de renda aos que se encontram à margem do sistema produtivo hegemônico. Tal fato justifica a importância do estímulo à prática solidária, com bases bem fundadas, para garantir que formas de exploração não se propaguem e sejam normalizadas dentro do movimento. Este processo só será possível a partir de investimento em informação e capacitação das participantes, o que acontece com pouca frequência.

Apesar da existência da Lei Municipal de fomento à Economia Solidária, a maioria das associações entrevistadas informou não receber incentivos diretos de organizações, sejam governamentais ou não, com exceção da Rede Tamanduá, que conta com apoio de ONGs

¹⁷ Esta pesquisa não teve como objetivo realizar uma análise acerca do mercado de trabalho e gênero, portanto, para maiores informações sobre precariedade do trabalho partindo desta ótica, consultar o capítulo 3 do livro “Impacto da crise sobre as mulheres” (IPEA, 2009).

(*Misereor* e CAT) e do NAGÔ. Nesse sentido, é possível observar como o apoio prestado se reverbera em práticas de fato solidárias e respeitadas.

Esta pesquisa cumpriu seu objetivo de esboçar um mapeamento acerca dos empreendimentos considerados solidários em Governador Valadares e região e de sintetizar informações relativas aos sujeitos e associações. Desta forma, abrem-se novas possibilidades para futuras pesquisas, como a ampliação dos empreendimentos pesquisados, as relações de gênero e trabalho incorporadas pelo movimento no município e a informalidade experienciada pelas participantes.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, P. P. Autogestão. In: CATTANI, A. D. (Org.). *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p. 20-26.
- AMORIM, B. M. F; HERTON, E. A. *Economia Solidária no Brasil: Novas Formas de Relação de Trabalho?*. Brasília: Ipea, 2004, p. 45-52. (Boletim de Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise, n. 24).
- ARCOVERDE, A. C. B; SOUZA, I. L; FRAGOSO, N. M. Economia Solidária como alternativa ao desemprego e à exclusão. *Revista da ABET*, v. 6, n. 2, p. 72-93, jul./dez. 2006.
- BABBIE, E. *Métodos de pesquisa de Survey*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- BUENO, N. P. *Introdução à Dinâmica de Sistemas com aplicações para a Economia*. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2011.
- GAIGER, L. I. G. A Economia Solidária Diante do Modo de Produção Capitalista. *Caderno CRH*, Salvador, n. 39, p. 181-211, 2003.
- GOODE, W. J; HATT, P. K. *Métodos em pesquisa social – 7 ed.* São Paulo: Editora Nacional, 1979.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social – 6. Ed.* São Paulo, Atlas, 2008.
- IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). *IBGE Cidades: Governador Valadares*. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/governador-valadares/panorama>>. Acesso em: 18 de novembro de 2018.
- _____. *Produto Interno Bruto dos Municípios*. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?t=destaques&c=3127701>>. Acesso em: 18 de novembro de 2018.
- _____. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio: síntese de indicadores 2014/IBGE*. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.
- IPEA (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA). *A situação social nos estados – Minas Gerais*. Brasília: IPEA, 2012.
- _____. Impacto da Crise sobre as Mulheres. In: *Observatório Brasil da Igualdade de Gênero*. Brasília: IPEA, 2009.
- _____. Mercado de trabalho: Conjuntura e análise. In: *Boletim de Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise*. Brasília: IPEA, 2004.
- _____. *Taxa de desemprego – áreas metropolitanas*. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: 18 de novembro de 2018.
- KAPRON, S; FIALHO, A. L. Políticas Públicas para a Economia Solidária. In: CATTANI, A. D. (Org.). *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p. 215-219.

LECHAT, N. M. P. *As Raízes Históricas da Economia Solidária e seu Aparecimento no Brasil*. In: *II Seminário de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares*, 2002, Campinas.

LECHAT, N. M. P.; VALMOR, S. *Economia Moral*. In: CATTANI, A. D. (Org.). *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p. 96-101.

LEITE, M. P.; GEORGES, I. P. H. *Novas Configurações do Trabalho e Economia Solidária: Democratização, Inclusão ou Precarização?*. In: LEITE, M. P.; GEORGES, I. P. H. (Orgs.). *Novas Configurações do Trabalho e Economia Solidária*. São Paulo: Annablume Editora, 2012, p. 15-30.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I, Volumes I e II. 30ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

MILANEZ, F. *Desenvolvimento Sustentável*. In: CATTANI, A. D. (Org.). *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p. 76-84.

OLIVEIRA, N. D. A.; SILVA, T. N. *Inovação Social e Tecnologias Sociais Sustentáveis em Relacionamentos Intercorporativos: Um Estudo Exploratório no CREDITAG – RO*. *Revista de Administração da UFSM*, v. 5, n. 2, p. 277-295, maio/ago 2012.

PEREIRA, L. C. B.; MARCONI, N. *Existe Doença Holandesa no Brasil?*. In: PEREIRA, L. C. B. (Org.). *Doença Holandesa e Indústria*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

PNUD (PROGRAMA DAS NAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO). *Ranking IDHM Municípios 2010a*. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios-2010.html>>. Acesso em: 17 de setembro de 2018.

_____. *Ranking IDHM Unidades da Federação 2010b*. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-uf-2010.html>>. Acesso em: 17 de setembro de 2018.

POCHMANN, M. *Economia Solidária no Brasil: Limites e Possibilidades*. Brasília: IPEA, 2004, p. 23-34. (Boletim de Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise, n. 24).

SINGER, P. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. *A Economia Solidária no Governo Federal*. Brasília: IPEA, 2004, p. 3-5. (Boletim de Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise, n. 24).

YUNUS, M. *O banqueiro dos pobres*. São Paulo: Ática, 1997.

APÊNDICES

Apêndice 1 - QUESTIONÁRIO

A) CARACTERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO

1) Idade: _____

2) Sexo:

Feminino

Masculino

3) Escolaridade:

Nenhuma

Ensino médio completo

Ensino fundamental incompleto

Ensino superior incompleto

Ensino fundamental completo

Ensino superior completo

Ensino médio incompleto

4) Estado civil:

Casado(a)

Solteiro(a)

União estável

Outro: _____

5) Situação familiar:

Mora só

Mora com companheiro(a) e filhos

Mora com companheiro(a)

Mora com familiares

Mora com filhos

6) Quantas pessoas residem no domicílio? _____

7) Quantos moradores do domicílio trabalham no momento? _____

8) Além do trabalho com Economia Solidária, você exerce outra atividade?

Trabalho doméstico próprio

Trabalho informal. Qual? _____

Trabalho formal. Qual? _____

Sou aposentado (a)

9) Qual o motivo da sua participação nas feiras ou associações?

- Alternativa para o desemprego
- Complementar a renda familiar e a comercialização é a fonte de renda principal
- Complementar a renda familiar, mas a comercialização não é a fonte de renda principal
- Outros: _____

10) Renda mensal familiar:

- Menos de 954,00 reais
- De 954,00 até 1.908,00 reais
- De 1.908,00 até 2.862,00 reais
- De 2.862,00 até 3.816,00 reais
- De 3.816,00 até 4.770,00 reais
- Acima de 4.770,00 reais

11) Você participa de algum programa de transferência de renda do governo? Ex: Bolsa Família.

- Sim. Qual? _____
- Não

12) Você participa do Programa de Microempreendedor Individual (MEI)?

- Sim
- Não

B) LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES SOBRE GRUPOS OU PRODUTORES INDIVIDUAIS

1) Você participa de algum grupo para produção e/ou comercialização de produtos?

- Sim. Qual/quais? _____
- Não

2) Caso participe, o objetivo do grupo é:

- Comercialização
- Produção
- Ambos

3) Que tipo de tarefa você ou seu grupo realizam?

- Produção alimentícia artesanal (geleias, bolos, doces, pães etc) Produção agrícola
 Artesanato
 Produção de homeopáticos Reciclagem
 Produção de cosméticos naturais Outro: _____

4) Você realiza alguma atividade fora da sua localidade atual (outras cidades ou distritos)?

- Sim Não

5) Com que frequência você comercializa produtos?

- Diariamente 3 vezes por semana ou mais
 1 vez por semana Não comercializo
 2 vezes por semana

5) Local de comercialização ou realização de atividades:

- Feira. Qual/quais? _____
 Local próprio. Endereço e horário de funcionamento: _____

6) Você ou o seu grupo recebem apoio financeiro de alguma entidade?

- Sim. Qual? _____
 Não

C) INDICADORES DE ATUAÇÃO NO MOVIMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NA REGIÃO

1) Você sabe o que é Economia Solidária?

Sim

Não

2) Você se considera parte do movimento de Economia Solidária?

Sim

Não

3) Você Já esteve presente em algum seminário sobre o tema?

Sim

Não

4) Você Participa das reuniões do Fórum de Economia Solidária que acontecem na sua cidade ou na cidade mais próxima?

Sim

Não

5) Você tem interesse em participar de algum grupo que discuta formas de produção solidária?

Sim

Não

Apêndice 2 - ROTEIRO PARA ENTREVISTA

Idade:

1. Qual seu nível de escolaridade? Caso possua nível superior, qual sua área de formação ou especialização?
2. Qual sua profissão atualmente? Há quanto tempo?
3. Você já ouviu falar em Economia Solidária? Se sim, o que é Economia Solidária para você?
4. Como ficou sabendo do movimento da Economia Solidária na sua região? Você se considera parte dele?
5. Você, ou o seu grupo, frequentam reuniões com outras pessoas/grupos que fazem parte da Economia Solidária na sua região? (Ex: Fórum, seminário)
6. Já teve contato com grupos de outras cidades?
7. Você, ou o seu grupo, recebe algum tipo de apoio financeiro ou material? Se sim, de quem?
8. Você poderia nos contar um pouco da história da (nome da associação)? Em que ano ela nasceu, quais eram os objetivos do grupo etc.
9. Quais as atividades desenvolvidas por vocês atualmente? Ou o que é produzido?
10. Quantas pessoas fazem parte do trabalho? Como vocês dividem as tarefas entre si?
11. Você considera o trabalho que desenvolve relevante para a cidade?
12. Em sua opinião, quais são as maiores dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores do movimento Solidário na sua região?

Apêndice 3 – Empreendimentos econômicos solidários em Governador Valadares e região

NOME DA ASSOCIAÇÃO	ATIVIDADES/PRODUTOS	ENDEREÇO E CONTATO
Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis Natureza Viva (ASCANAVI)	Triagem e comercialização de recicláveis e reaproveitáveis	Rodovia Rio Bahia km 415, Turmalina, Governador Valadares/MG. CEP: 35052-14 Tel: (33) 3275-6435 e-mail: ascanavi@hotmail.com
Associação das Artesãs Força e Vida do Turmalina (AAFOVIT)	Capas de almofadas, casa de abelha e paquitone, artigos decorativos, jogos de banho com vagonite, oitinho e ponto cruz, artigos reciclados, bordados e tricô de dedo.	Rua Mogno, 10, Turmalina, Governador Valadares/MG. CEP: 35052-814 Tel: (33) 98874-7902 / (33) 99973-1919 e-mail: creusagoval@gmail.com
Associação Maluquinhos por Você	Artesanato em barbante, crochê, fuxicos e retalhos de tecidos, tapetes, bolsas, almofadas, carteiras, porta papel higiênico, puxa-saco, pano de prato e bolsas, bijouterias, artigos para cozinha.	Rua Quintino Bocaiúva, 804, centro, Governador Valadares/MG. CEP: 35010-220 Tel: 3271-8375 e-mail: centrodeconvivenciaecultura@yahoo.com.br
Associação Saúde Alternativa (ASA)	Xarope de umbigo de banana, multimistura, fitoterápicos, sabonetes medicinais, entre outros.	Rua João Denizar, 60. Jardim Pérola, Governador Valadares/MG. CEP: 35021-220. Tel: (33) 3273-0866 e-mail: saudealternativagv@hotmail.com
Associação Tecendo Artes de Mathias Lobato Euniceia Paim	Tapetes de retalhos e barbantes, bolsas e sacolas, panos de pratos.	Rua Vereador Francisco José Cardoso, 268, centro, Mathias Lobato/MG. CEP: 35110-000 Tel: (33) 98429-1020 e-mail: collisantana@yahoo.com.br
Ariane Roza (Agricultora Familiar)	Doces de leite cristalizados, biscoito de polvilho e hortaliças.	Rua Bertolino Martins de Melo, 362, centro, Tumiritinga/MG. CEP: 35112-000 Tel: (33) 98702-5966 e-mail: arianeroza@yahoo.com.br
Cooperativa de Doces Artesanais de Tumiritinga – COOPERDOCES Tumiritinga	Cocadas de diversos sabores, pé de moleque, amendoim moído e doce de leite.	Avenida Amazonas, 591, centro, Tumiritinga/MG. CEP: 35112-000 Tel: (33) 98702-2848 e-mail: doceirastumiritinga@gmail.com
D'Lis Arte & Culinária – Delícias Artesanais	Biscoitos amanteigados, salgados, bolos, doces, licores e geleias.	Rua Padre Rolim, 57, Vila Rica, Governador Valadares/MG. CEP: 35045-370 Tel: (33) 98861-6469 e-mail: licoresdlis@gmail.com

Feira da Agricultura Familiar de Governador Valadares – ACOMFAFA	Comercialização de produtos agroecológicos, produção da agricultura familiar: frutas, verduras e legumes. Derivados de leite e de cana de açucas, doces, geleias e quitandas.	Rua José Luiz Nogueira, entre a rua Afonso Pena e a rua Bárbara Heliadora, de 6h às 12h30, todas as sextas-feiras. Governador Valadares/MG. Tel: (33) 99978-6787 e-mail: sitioaconchego@gmail.com
Mãos de Ouro Crochê	Tapetes e peças em crochê.	Rua Marataízes, 384, Vila do Sol, Governador Valadares/MG. CEP: 35041-390 Tel: (33) 98417-6561 e-mail: cidinha181972@gmail.com
Ponto de Cultura da União Operária – Ponto de Artesãos	Ponto de comercialização de artesanatos, diversas lembranças das cidades, licores e doces artesanais.	Rua São João, 558, centro, Governador Valadares/MG. CEP: 35020-550 Tel: (33) 3225 – 2885 e-mail: artesanatoeculturauniop@hotmail.com
Produção Camponesa	Pamonha e mingau de milho verde.	Rua J, 608, Recanto do Sonho, Governador Valadares/MG. CEP: 35100-000 Tel: (33) 99982-6253 e-mail: lucivanda@yahoo.com.br
Quitandas Benedito	Roscas de mandioca, cnoura e nata, pão de cebola, chá de amendoim, tapioca.	Córrego dos Venâncios, distrito de Brejaubinha, Governador Valadares/MG. CEP: 35106-000 Tel: (33) 99967-7771
Raio de Luz Velas	Velas decorativas.	Rua Monte Sinai, 585, Vila dos Montes, Governador Valadares/MG. CEP: 35041 – 580 Tel: (33) 99922-1397 e-mail: m.aparecida@hotmail.com
Associação de Catadores de Materiais Recicláveis e Reutilizáveis de Mathias Lobato e Região	Reciclagem.	Rua Vereador José Lucas, 178, centro, Mathias Lobato/MG. CEP: 35110-000 Tel: (33) 98403-9833 e-mail: collisantana@yahoo.com.br
Associação de Moradores do Bairro Serra	Pintura em panos de prato.	Rua Hermínia Aurélio de Moraes, 75, Serra. Mathias Lobato/MG. CEP: 35110-000 Tel: (33) 99941-6236 e-mail: collisantana@yahoo.com.br
Associação de Produtores Rurais de Mathias Lobato	Quitandas, produtos agrícolas, leite.	Córrego Correnteza, zona rural, Mathias Lobato. CEP: 35110-000 Tel: (33) 99976-9499 e-mail: collisantana@yahoo.com.br

Cooperativa Regional de Economia Solidária da Agricultura Familiar Agroecológica (CRESAFA)	Hortaliças, vegetais, ovos e outros produtos agrícolas.	Rua Vereador João Dornellas, 276, Santos Dummont I, Governador Valadares/MG. CEP: 35022-120 Tel: (33) 3225-4818 e-mail: cresafav@gmail.com
--	---	---

Fonte: Elaboração própria com base em resultados da pesquisa e no Catálogo de Produtos e Serviços dos Empreendimentos Solidários (Secretaria do Desenvolvimento de Governador Valadares).